

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

GUILHERME MACHADO GUIMARÃES

**RELIGIÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
EVIDÊNCIAS NO BRASIL**

Porto Alegre

2014

GUILHERME MACHADO GUIMARÃES

**RELIGIÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
EVIDÊNCIAS NO BRASIL**

Dissertação Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim.

Porto Alegre

2014

CIP – Catalogação na Publicação

Guimarães, Guilherme Machado
Religião e desenvolvimento humano : evidências no Brasil /
Guilherme Machado Guimarães. -- 2014.
94 f.

Orientador: Flávio Vasconcellos Comim.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Religião. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Utilitarismo. 4. Justiça como Equidade. 5. Abordagem das Capacitações. I. Comim, Flávio Vasconcellos, orient. II. Título.

GUILHERME MACHADO GUIMARÃES

**RELIGIÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
EVIDÊNCIAS NO BRASIL**

Dissertação Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim – Orientador
PPGE/UFRGS

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior
PPGE/UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho
DERI/UFRGS

Dr. Livio Luiz Soares de Oliveira
FEERS

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de humildade e reconhecimento que sem as demais pessoas ou nossa caminhada ficaria mais difícil ou simplesmente impossível. Este trabalho foi concretizado graças à ajuda de algumas pessoas que tornaram meu caminho mais fácil, bem como me corrigiram quando assim eu precisava. Espero não ser injusto e conseguir me lembrar das contribuições de todos.

Primeiramente agradeço ao Governo brasileiro que através da CAPES financiou meus estudos, sem esta ajuda jamais conseguiria ter feito o mestrado. Também gostaria de agradecer a minha família, pais e irmãos que de diversas formas me auxiliaram neste trabalho, lendo meu texto, dando opiniões, ajudando a escrever a macro do excel que permitiu os cálculos do IDH, bem como cobrando meus prazos. Agradeço também ao Flávio Comim por ter sugerido este tema e por ter me orientado.

Também gostaria de agradecer aos amigos de trabalho pelo incentivo, pelas opiniões e esclarecimentos a respeito de suas respectivas religiões. Entre estes amigos de trabalho gostaria de agradecer especialmente a Andréia que mais me auxiliou.

Agradeço à Maria Cecília pelas palavras amigas que me reergueram em um momento de dificuldade que tive no período que escrevia este trabalho. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos alunos que se interessaram pelos meus estudos e assim me estimularam a continua-lo.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é defender que as religiões e os argumentos religiosos tenham um espaço no debate da definição de bem e justiça para a sociedade e para o desenvolvimento humano. Por isso faz-se necessário debater as relações das teorias filosóficas do Utilitarismo de Jeremy Bentham, da Justiça como Equidade de John Rawls e da Abordagem da Capacitação de Amartya Sen com as religiões. Também é necessário repelir os argumentos que estas filosofias apresentam para que as religiões não participem do debate de bem comum, de justiça e para o desenvolvimento humano. Por fim será apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões (IDH-R), que segue a mesma metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para compor o IDH em seus relatórios de desenvolvimento humano, e se buscará explicar os motivos das variações do IDH-R entre as diferentes religiões.

Palavras-chave: Religião. Desenvolvimento Humano. Utilitarismo. Marginalismo. Justiça como Equidade e Abordagem da Capacitação.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation is to argue that religions and religious arguments have a place in the discussion of the definition of good and justice to society and to human development. So it makes it necessary to discuss the relationship of philosophical theories the Utilitarianism of Jeremy Bentham, the Justice as Fairness of John Rawls and the Capability Approach of Amartya Sen with religions. It is also necessary to repel the arguments that these philosophies have that religions do not participate in the discussion of the common good, justice and human development. Finally will be presented the Human Development Index of Religions (HDI-R), which follows the same methodology used by the United Nations Development to compose the HDI in its human development reports, and seek to explain the reasons for variations HDI-R among different religions.

Keywords: Religion. Human Development. Utilitarianism. Marginalism. Justice as Fairness and the Capability Approach.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	UTILITARISMO, MARGINALISMO E RELIGIÃO	11
2.1	UTILITARISMO.....	11
2.1.1	Contribuições de Jeremy Bentham	11
2.1.2	Contribuições de John Stuart Mill	13
2.2	MARGINALISMO.....	15
2.2.1	Jevons e a Revolução Marginalista	15
2.1.2	Walras e o Marginalismo	17
2.2.3	Menger e o Marginalismo	19
2.2.4	As Contribuições de Marshall	20
2.3	ESCOLA NEOCLÁSSICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E RELIGIÃO	23
3	JUSTIÇA COMO EQUIDADE, ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO E RELIGIÃO	30
3.1	JOHN RAWLS E A JUSTIÇA COMO EQUIDADE	31
3.1.1	A Posição Original e o Véu da Ignorância	31
3.1.2	Princípios Lexicograficamente ordenados	33
3.1.3	Bens Primários	34
3.1.4	Rawls e a Religião	35
3.2	ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO HUMANO..	39
3.2.1	Abordagem das Capacitações e a Religião	42
4	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS RELIGIÕES	52
4.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	52
4.2	METODOLOGIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS RELIGIÕES	53
4.3	RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS RELIGIÕES	57
4.3.1	Economia e a Religião	61
5	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES	82

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização o pensamento religioso apresenta-se como agente determinante na forma de agir e pensar do ser humano, de tal maneira que muitas vezes é este que os dirige. A sistematização de forma institucional da religião, que surge no aparecimento das primeiras religiões, faz cerca de 3,5 mil anos atrás com o surgimento Hinduísmo e do Atonismo (adoração ao disco solar), conforme DAVID (1998), e mesmo antes há registros históricos de práticas xamânicas, anímicas, culto aos mortos, entre outros em todas as civilizações. Ao estudarmos os registros históricos percebemos que cada civilização tinha em sua cultura alguma prática religiosa.

Conforme apontam Oglive e Hamilton (2012), o desenvolvimento das religiões, em todas as antigas civilizações, se deve principalmente por três motivos. O primeiro é o sentimento, sensação instintiva da existência de uma força ou entidade superior ao ser humano que o tutela em sua vida. Esse fato vem sendo estudado pela psicologia cognitiva e através de experimentos constatou-se que os seres humanos possuem diversas ferramentas cognitivas que o levam a acreditar em um ser, ou seres, oniscientes, onipotentes e conseqüentemente formar religiões. Entre essas ferramentas cognitivas que teríamos, Barrett (2004) aponta que crianças a partir de três anos de idade desenvolvem a concepção de um ser Onisciente, que o ato de pensar que acontecimentos em nossas vidas têm um propósito especial é um padrão de pensamento e a tendência de atribuir à causa de fenômenos desconhecidos a entidades sobrenaturais.

O segundo motivo é à vontade e necessidade do ser humano de ter o sentimento de pertencimento a um grupo que o identifique e onde possa interagir em uma mesma base cultural com simbologias, mitos e crenças em comum. Os estudos envolvendo o conceito de Capital Social¹ apontam a religião como um importante elemento de agregação, isso se deve por ela ser uma instituição que estimula a ação coletiva através de seus ritos e celebrações, além de promover uma unificação no padrão de crenças, mitos e simbologias daqueles que coadunam da mesma fé.

¹ Valor do conjunto de interações de uma rede social balizadas por normas que promovem confiança e reciprocidade na economia. Pode ser constituída pela confiança que as pessoas sentem umas pelas outras, por associações, grupos religiosos, ONG's, etc.

Por último, a busca incessante contemporânea e de nossos ancestrais por encontrar as respostas para questionamentos existenciais como: Quem eu sou? Para onde vou? Por que e como acontecem os fenômenos naturais? O que acontece depois da morte? Acabava por formar conceitos, crenças, filosofias e doutrinas que embora, muitas vezes, não refletissem a verdade acabavam sendo acolhidas como tal e passavam a explicar o ambiente a sua volta, os motivos por tais acontecimentos e com o tempo acabavam por se tornar religiões, como o Hinduísmo, o Politeísmo Grego, a religião Egípcia, etc.

Com o desenvolvimento das religiões, elas acabaram se tornando um importante componente da cultura de cada povo. Tornando-se um conjunto de simbologias, mitos, crenças, hábitos e valores morais que identificam determinado grupo de pessoas que passam a limitar o comportamento de seus seguidores em certos padrões, influenciando assim nas escolhas dos indivíduos através das mudanças de preferências.

A dissertação terá como objetivo geral analisar a relação entre a religião e o desenvolvimento humano. Essa é uma questão ampla, mas tratamos de torna-la mais concreta ao focar a atenção desse estudo no Índice de Desenvolvimento Humano. O objetivo específico será descrever as teorias da justiça que influenciaram a maneira como o desenvolvimento humano é concebido atualmente, focando nos aspectos do por que essas teorias não dão a importância para a religião, para em seguida apresentar as críticas atuais desse assunto tentando também ampliá-las. A hipótese que a dissertação irá defender é de que a religião tem um papel significativo para o desenvolvimento humano. Esse é um ponto importante, pois como mostraremos a matriz analítica do desenvolvimento humano, cujas origens remontam a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e a Teoria da Justiça de John Rawls, atribui um papel menor à religião na definição dos princípios que regem a sociedade e o desenvolvimento.

Tratar dessa temática justifica-se por dois motivos. O primeiro deve-se ao importante papel que as religiões possuem na vida dos indivíduos através da modelação de suas ações. Essa importância se deve ao fato das crenças e hábitos afetarem a racionalidade dos indivíduos conforme descrito por diversos autores, como por exemplo John Elster em seu artigo "When Rationality Fails" de 1990. Outro ponto importante é que a religião influencia os indivíduos na formação do Capital

Social dos seus adeptos, pois a maneira como esse Capital Social é constituído e a quantidade de ligações entre os indivíduos pode limitar ou expandir a atuação dos indivíduos de acordo com cada religião.

O último motivo deve-se ao fato do Brasil ser um país multi religioso e boa parte da população estar filiada a alguma instituição religiosa, de acordo com as informações do IBGE, retirados dos Censos de 2000 e 2010, as quais mostram que nos últimos 10 anos houve uma mudança no perfil religioso da população. Segundo o Censo de 2010 as religiões evangélicas representavam mais de 20% da população e as religiões reencarnacionistas² 2,6%. Dez anos, isto é, em 2000, as proporções eram respectivamente, de 15% e de 1,9%. Entre 2000 e 2010 a participação dos católicos caiu de 75% para aproximadamente 65% da população. Outro ponto importante é que no cenário religioso do Brasil, as diferentes denominações religiosas, que eram mais de mil de acordo com o Censo de 2010, conseguem coexistir em um clima de paz, com poucas discussões e sem conflitos aparentes, diferentemente de outros países onde impera um clima de beligerância entre as diferentes religiões. Essa característica do cenário religioso brasileiro pode ser utilizada de maneira positiva para a promoção do desenvolvimento humano.

Este trabalho está dividido em três partes, a primeira parte tratará da corrente filosófica Utilitarista e a escola de pensamento Marginalista que é derivada do Utilitarismo. Nesta parte também será abordado à relação dessas correntes de pensamento com a religião, as incoerências do Utilitarismo e do Marginalismo perante o tratamento dado à religião, as consequências desse pensamento nas políticas econômicas e a ideia do bem maior que as nações deveriam buscar, vale lembrar que o foco do estudo será a interação desta corrente de pensamento com a religião e não detalhar toda a extensão de seu pensamento.

A segunda parte tratará da Teoria de Justiça como Equidade, tradução de "*Justice as Fairness*" proposta por Rawls³, a crítica ao Utilitarismo, a ideia do bem maior que as nações deveriam buscar e a sua relação com a religião. Nesta parte também será tratado os conceitos da Abordagem das Capacitações desenvolvida por Amartya Sen, que recebeu as influências da teoria de justiça de Rawls, e como

² Entre estas religiões temos o Espiritismo, a Umbanda, o Budismo, Nação, entre outras.

³ John Rawls, filósofo e autor do livro *A Theory of Justice*, 1971 que lançou a teoria de justiça como equidade.

esta Abordagem se relaciona com a religião. Cabe lembrar que assim como na primeira parte esta também tem seu foco o estudo interação da religião com a corrente de pensamento analisada.

A terceira parte tratará de verificar se a religião tem efeitos positivos através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice este que foi criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen e recebeu enorme influência da Abordagem das Capacitações criada por Sen e da Justiça como Equidade formulada por Rawls. Nesta parte do trabalho será calculado o IDH das religiões e através da análise dos resultados referente aos anos de 2000 e 2010 se buscará tirar conclusões a respeito do assunto. Para realizar essa tarefa serão utilizadas as informações dos microdados da amostra do Censo de 2000 e 2010 bem como do IDHM⁴, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

⁴ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal criado a partir dos microdados da amostra do Censo de 2000 e 2010.

2 UTILITARISMO, MARGINALISMO E RELIGIÃO

2.1 Utilitarismo

O Utilitarismo é uma corrente filosófica criada na Inglaterra no século XIX pelo filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) e difundida conjuntamente com John Stuart Mill (1806-1873). Trata-se de um tipo de ética normativa abrangente segundo a qual uma ação é moralmente correta se tende a promover o prazer (felicidade) e condenável se tende a produzir a dor (sofrimento), considerando não apenas o prazer do agente da ação, mas também a de todos afetados por ela. A ética utilitarista difere das teorias éticas que julgam a ação boa ou má dependendo da motivação do indivíduo. Se a ação produz um aumento na soma do prazer na sociedade, então ela é considerada boa independente de sua motivação.

2.1.1 Contribuições de Jeremy Bentham

Bentham acreditava que o indivíduo buscaria sempre maximizar seu prazer e minimizar seu sofrimento, sendo estas as causas das ações humanas que poderiam ser consideradas como bases normativas da ação. A ação do ser humano seria considerada correta se ela produzisse a maior soma de utilidade, para todos os envolvidos. O Utilitarismo se opõe ao egoísmo, que faz com que o indivíduo persiga seus próprios interesses, mesmo à custa dos outros, pois as ações pautadas pelo simples egoísmo levariam a somas menores de utilidade ou bem estar. O Utilitarismo também se opõe a qualquer teoria ética, doutrina ou religião que considere as ações como sendo certas ou erradas de acordo com a intenção contida sem levar em conta as consequências na soma da felicidade de todos que possa ter. O interesse na felicidade dos outros teria importância em nossas ações até o ponto em que o indivíduo é movido pelos sentimentos de benevolência, simpatia, interesse na opinião que os outros têm dele ou na boa vontade.

Para governar o legislador deveria seguir a regra de se buscar a maior felicidade possível para o maior número de pessoas, maximizando assim a

felicidade da sociedade e criando interesses mútuos entre os cidadãos. Para evitar que alguém prejudique o seu próximo, o legislador teria de aplicar penas por atos mal-intencionados ou que causem sofrimento para os demais.

Entre as principais influências que Bentham teve em seu pensamento, temos a do filósofo grego Epicurus (341 a.C. - 270 a.C.) que o descrevia como “is the only one among the ancients who has the merit of having known the true source of morality.” (BENTHAM, 1789, p.129). O jurista Cesare Beccaria (1738-1794) também é citado diversas vezes em suas obras sendo considerado por ele um dos mais importantes predecessores. Outro pensador importante, foi David Hume (1711-1776) ao inspirando-o em suas obras a ideia do utilitarismo.

A respeito da religião, Bentham era forte defensor do ateísmo, da inexistência de um Ser Supremo “Deus” e da inexistência de uma individualidade extracorpórea que sobrevivesse a morte “espírito”. Para ele uma sociedade perfeita deveria ser secular, sem que os indivíduos acreditem em Deus ou na vida após a morte e que não haja vestígios da presença da religião na sociedade. De acordo com Crimmins (1981), essas ideias ficam claras nos livros *Swear Not At All* (1817) e *Church Of Englandism and Its Catechism Examined* (1818) onde ele critica a organização religiosa e cria planos para a desestabilização da Igreja Anglicana. No *Analysis Of The Influence Of Natural Religion On The Temporal Happiness Of Mankind* (1822) ele busca desconstruir a lógica da teologia cristã e em *Not Paul, But Jesus* (1823), existe um esforço por parte do autor para ridicularizar a história do Cristianismo.

Ele também trata da religião no âmbito moral em seu livro *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (1907). Para Bentham a influência da religião se daria através das sanções morais que podem gerar prazer ou dor, prazer quando estimular a devoção, piedade e o zelo e dor quando estimular o fanatismo, a superstição e fé cega e o zelo exagerado. A religião serviria de ferramenta para dialogar com o público através de suas sanções. Ainda a respeito da religião Dias (2006) argumenta que, para Bentham, os valores da religião equivaleriam ao princípio da utilidade caso a noção dos indivíduos quanto às características sobre Deus tivesse a benevolência infinita, pois a benevolência produz necessariamente prazer e a benevolência infinita buscaria o bem máximo. Contudo, de modo geral as religiões não dão o sentido de benevolência infinita a Deus, pois caso haja o pecado o indivíduo terá uma punição terrível por toda a eternidade. O autor ressalta que a

religião, quando não coincide com o princípio da utilidade, acaba adotando o princípio da antipatia/simpatia (malevolência ou parcialidade) ou o princípio do ascetismo (busca da dor). Outro ponto levantado é quanto à interferência da religião no campo do dever. Para ele essa interferência é danosa, pois estreita a liberdade dos indivíduos dando custos maiores que os supostos benefícios.

2.1.2 Contribuições de John Stuart Mill

Bentham não foi o único difusor do Utilitarismo, John Stuart Mill, contagiado pelas ideias utilitaristas deu continuidade na difusão do Utilitarismo, sendo considerado por muitos um autor mais importante que o próprio Bentham. A grande diferença entre o Utilitarismo defendido por Bentham e o de Mill trata-se da definição do termo prazer e os desdobramentos que dele decorrentes.

Para Bentham o objetivo do ser humano era maximizar o prazer e reduzir o sofrimento, mas ele não fazia distinção entre os tipos de prazeres. Para ele qualquer prazer era igualmente válido se não trouxesse sofrimento para outrem. Já, Mill, classificava os prazeres de ordem superior (felicidade) e os de ordem inferior e para ele os mais importantes eram os de ordem superior, esta ideia fica clara em uma de suas frases clássicas, em que dizia que era preferível ser um Sócrates insatisfeito que um tolo satisfeito⁵. Nesse sentido, era uma mudança de Utilitarismo quantitativo para um Utilitarismo qualitativo. Enquanto o foco de Bentham era denunciar a tirania do poder e do privilégio, mais propriamente das organizações religiosas, Mill buscava denunciar a tirania das instituições e pressões sociais⁶.

Mill no seu livro *On Utilitarianism*⁷ afirma que a regra de ouro de Jesus Cristo era o espírito completo do Utilitarismo “faça aos outros aquilo que gostaria que fizessem convosco e ame seu próximo como a si mesmo”. Para ele os maiores prazeres eram aqueles que derivam do trato solidário entre humanos, do autodesenvolvimento, da autonomia e da agência. Para o autor não bastava que o indivíduo fosse movido

⁵ MILL, John Stuart. **Collected Works: Essays on ethics, religion and society**. University of Toronto Press, 1985. P. 212.

⁶ Entre os assuntos defendidos por Mill estava o Sufrágio feminino, a questão da escravidão e a melhoria das condições dos trabalhadores.

⁷ MILL, John Stuart. **Collected Works: Essays on ethics, religion and society**. University of Toronto Press, 1985

pela maximização de seu prazer e minimização da dor, também era necessário que ele pensasse na felicidade do próximo e dessa felicidade do próximo haveria uma satisfação individual. Esse era um dos motivos que fazia com que ele defendesse as cooperativas⁸, pois para ele as empresas impediam que os empresários e os trabalhadores desfrutassem plenamente dos laços de amizade, algo que não aconteceria em cooperativas, pois os donos dos meios de produção eram os próprios trabalhadores.

A relação de Mill com a religião era mais pacífica em comparação a Bentham. Apesar de ser parcamente tratada em seus escritos em vida, a religião ganha destaque em sua obra póstuma *Three Essays on Religion*⁹. No seu primeiro assunto ele trata da Natureza e que ela podia ser entendida de duas formas, a primeira que a Natureza seria tudo o que acontece espontaneamente e o segundo entendimento seria o de que era tudo aquilo que acontecia sem a interferência do homem. Para Mill o dever do ser humano não era seguir a “Natureza”, pois ela não é nem boa nem má, mas sim melhorá-la (especialmente a natureza humana), na medida do possível, reduzindo assim o sofrimento e aumentando a felicidade da sociedade.

O segundo assunto abordado no livro trata da Utilidade da Religião, seu ponto é que a utilidade social da religião deriva não de seus dogmas ou teologias, mas sim da fomentação para a aceitação ampla de um código moral e que força a opinião pública a seguir esse código. A manutenção desse código promovido pela religião vem da crença em um poder sobrenatural. O poder da religião derivaria da necessidade humana de ter algum ideal que seja transcendente a nós. Para ele, a Religião da Humanidade¹⁰ poderia suprir essa necessidade sem incorrer nos problemas das demais religiões sobrenaturais, pois ela ajuda a nos desenvolvermos moralmente sem os falsos pontos de vista dos mistérios do desconhecido.

O último ponto abordado em seu livro trata-se do Deísmo, onde ele avalia os argumentos para a existência de Deus. Apesar de rejeitar argumentos baseados em princípios causais apriorísticos, ele aceita provisoriamente, como uma das possíveis

⁸ MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Nova Cultural, 1996.

⁹ MILL, John Stuart. **Collected Works: Essays on ethics, religion and society**. University of Toronto Press, 1985

¹⁰ Religião da Humanidade ou Positivismo religioso, foi criado por Auguste Comte em 1854 sendo uma religião que não incluía a crença no sobrenatural (alma, espírito ou Deus) e elementos imateriais.

explicações, a existência de um Ser Supremo (Deus) para explicar a organização da natureza, do espaço e os ajustes dos seres vivos. E caso o mundo fosse criado por Deus, então seria lógico que ele tenha deixado um espaço para atuarmos na melhoria da humanidade e no mundo a nossa volta. Quanto à questão da imortalidade do espírito, ele argumenta que não há provas nem a favor, nem contra a sua existência, sendo tratada assim como um espaço para esperança, caso haja de fato um Deus benevolente, este permitiria a vida após a morte através da existência do espírito.

2.2 Marginalismo

A partir do ano de 1871, uma série de estudos publicados de maneira independente por Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874) deu origem a Revolução Marginalista que introduziu o conceito de utilidade marginal para explicar a questão do valor dos produtos, esse conceito se contrapunha a ideia anterior de que o trabalho é que gerava o valor do produto. Apesar de este período ser considerado, atualmente, uma revolução para economia ela se deu na verdade de forma lenta, com autores isolados dando contribuições independentes. Entre as principais ideias estava o conceito de utilidade marginal, ou seja que a utilidade de algum bem poderia se modificar conforme o seu nível de escassez ou abundância. Através dessa utilidade é que se daria a definição do preço. Também está contida a ideia de Equilíbrio Geral proposto principalmente por Walras.

2.2.1 Jevons e a Revolução Marginalista

Para Jevons a economia política seria uma ciência matemática, pois trataria quantidades como o valor, matéria-prima, riqueza, utilidade, trabalho, capital, etc. A economia trataria do cálculo dos sentimentos inferiores, ou seja, suprir as necessidades ordinárias ao menor custo possível. Como o prazer e o sofrimento são considerados duas faces da mesma sensação – sofrimento seria prazer negativo – então eles poderiam ser contabilizados em uma mesma unidade a utilidade. Nesse

sentido o problema da economia, o modo de empregar o trabalho da população de uma forma que maximizasse a utilidade de tudo que é produzido por ela, dado as diferentes variáveis que influenciam na produção, como meios de produção, terras, fontes de matéria-prima, mão de obra, entre outros.

Jevons seguiu o Utilitarismo de Bentham, conforme o mesmo afirma:

A teoria que segue está baseada inteiramente sobre o cálculo do prazer e do sofrimento; e o objeto da Economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento [...] Não hesito em aceitar a teoria utilitarista da Moral, que toma o efeito sobre a felicidade humana como critério do que é certo ou errado.” [...]

As palavras de Bentham sobre esse tema podem requerer alguma explicação ou qualificação, mas são demasiado importantes e repletas de verdade para serem omitidas. (JEVONS, 1996, p.59)

Jevons chegou a conclusão da utilidade marginal ao explorar os conceitos de utilidade total dos utilitaristas e como as utilidades, apesar de existirem nem sempre se transformavam em valor devido à oferta em abundância e sem custos. Pode-se constatar que os germes para a ideia de que objetivo máximo da economia seja o crescimento econômico estejam presentes, pois tratam o aumento da utilidade como um fim para os governantes e para a ciência econômica e não o desenvolvimento do ser humano ou a equidade e a justiça distributiva. Também há uma certa banalização da felicidade da sociedade, entendida para ele como a geração de prazer de qualquer espécie.

Por fim, Jevons não trata de maneira detalhada as questões religiosas e nem as questões sobre justiça distributiva, contudo podemos ver a sua crença em Deus e na possibilidade de sua interferência no mundo físico em um trecho de seu livro *The Principles of Science (1874)*, e em uma de suas cartas (JEVONS 1973, p. 258) aparece o seu conceito de Deus, não como um pai ou um ser pessoal, mas como um princípio abstrato de bondade geral. Esse posicionamento perante Deus não afeta o seu comprometimento com os ideais de Bentham.

2.1.2 Walras e o Marginalismo

Apesar de ter escrito sobre a utilidade marginal três anos após Jevons e Menger, Walras teve um papel de destaque no Marginalismo ao sistematizar matematicamente e operacionalizar o conceito de escassez, a teoria da utilidade marginal e criar a Teoria do Equilíbrio Geral. Ele chegou ao conceito de Utilidade Marginal Decrescente através do conceito de escassez e defendia que este conceito poderia substituir o conceito de utilidade total usado pelos Utilitaristas na Economia Política. A Utilidade Marginal deu um sentido econômico a nível micro, indivíduo, ao conceito de escassez. Seus estudos também levaram a formulação da Teoria Geral do Equilíbrio, através do “*tâtonnement*” (tentativa e erro) da equalização entre Oferta e Demanda.

Em seu entendimento a Economia Política deveria ser repartida em três partes, Ciência, Moral e Arte, ou Economia Política Pura, Economia Social e Economia Política Aplicada. Walras buscou sistematizar esses três aspectos da Economia Política em livros que refletiriam os cursos que ele dava na Universidade de Lausanne, o primeiro e mais conhecido foi o *Éléments d'Économie Politique Pure* de 1874, após vieram *Études d'Économie Sociale* de 1896 e *Études d'Économie Politique Appliquée* de 1898. O primeiro livro trataria da ciência, ou seja, a investigação da natureza das coisas e as condições inevitáveis que são impostas por ela, buscando aplicar a lógica, como a economia trata de quantidades, seria normal usar a matemática para procurar as implicações das proposições sendo o objetivo máximo da economia política pura, era a teoria da riqueza social¹¹ ou a ciência que estuda o fato geral da troca¹². Neste livro é que ele desenvolveu de maneira ampla seu conceito de utilidade marginal e o equilíbrio geral. É importante ressaltar que o interesse em demonstrar o equilíbrio geral se devia ao fato dele acreditar que a livre concorrência seria a melhor forma de produção e de troca, já que garantiria a justiça nas trocas. Este livro tornou-se o mais famoso, possivelmente por ter sido o único com tradução para o inglês até a década de 90, mas também devido à ampla utilização da matemática como ferramenta econômica

¹¹ A riqueza social era entendida por Walras como o montante de todos os bens que são escassos, ou em outras palavras úteis para a sociedade e disponíveis em quantidades limitadas.

¹² Essa definição já havia sido exposta no seu livro *L'Économie politique et la justice* (1960)

que contribuiu para o desenvolvimento da corrente de pensamento econômico Neoclássica.

O segundo livro trataria dos fenômenos econômicos do ponto de vista da justiça social, conforme resumido por Sampaio (2008, p. 57):

Ao longo de sua obra sobre economia social, Walras se preocupa com questões relativas à ação individual dos homens, investigando como estes agem livremente e, ao mesmo tempo, estando sob um conjunto de normas determinadas pelo Estado. Neste cenário, para Walras, toda ação individual tem como consequência a desigualdade, em função das diferentes ambições da natureza humana. Simultaneamente, cabe ao Estado promover um conjunto de medidas que garantam igualdade de condições para o desenvolvimento de cada indivíduo.

Esta preocupação de Walras deriva do fato de que a riqueza social é passível de apropriação, logo sua atenção está voltada para a concorrência entre os princípios do interesse e os da justiça nas questões econômicas. A discussão desta temática está presente em seus estudos sobre economia social, ao longo dos quais há um diálogo constante com Kant, na busca de seu ideal social.

A economia social trataria da divisão da riqueza entre os homens na sociedade. Sendo a divisão da riqueza um fato atribuído ao exercício da vontade humana e não a uma lei natural, sendo encarada, portanto, como uma ciência moral pela ótica da justiça. Em sua obra ele também afirmava que qualquer forma de trabalho e definição de propriedade deveria passar pelo crivo da utilidade e da justiça para assim ser considerada como opção viável.

Outro ponto importante a se notar é que Walras não via a sociedade como uma mera soma de interesses individuais guiados pela racionalidade econômica materialista, ou pelas filosofias espiritualistas - que também seriam individualistas, pois o objetivo do espírito é ascender espiritualmente, sendo a vida como uma espécie de retiro espiritual. A sociedade seria, em parte, influenciada pelos interesses individuais, pelo materialismo, como pelo espiritualismo, e também seria influenciada pela articulação coletiva dos indivíduos, devido a necessidades sociais como, as experiências comunitárias, associações mercantis, empresas que teria um grande peso na maneira como a sociedade se desenvolve.

Interessante notar que, embora tenha contribuído para a aplicação do Utilitarismo nas teorias econômicas ao desenvolver a utilidade marginal, Walras tinha uma antipatia por Bentham e seu Utilitarismo, conforme informa William Jaffé

(1983, p. 318): *"I don't believe I have seen Bentham's name mentioned once in all of Walras's writings, published or unpublished, which is not surprising since he had always exhibited a strong antipathy to "utilitarisme."* Quanto à influência no campo moral, merece destaque a influência que ele recebeu de Kant e de filósofos espiritualistas, isso pode ser percebido em seu livro de 1896 onde ele possui uma seção inteira tratando do materialismo e do espiritualismo e do constante diálogo que faz com Kant ao discutir a equidade.

Sobre as questões relacionadas à religião, Walras era católico, logo acreditava em Deus nas acepções de Ser Supremo e causa primeira de todas as coisas, no espírito e na imortalidade deste, além de outros dogmas próprios da Igreja Católica Apostólica Romana. Embora a religião não seja tratada de maneira direta como é feita por Mill e Bentham deduz-se que ele dava muita importância para ela, pois, como dito anteriormente, ele considerava que a sociedade era influenciada pelas necessidades sociais como a da experiência comunitária e uma das características básicas da instituição religiosa é a ação coletiva através de seus cultos e crenças compartilhadas.

2.2.3 Menger e o Marginalismo

Menger chegou às mesmas conclusões a respeito da Utilidade Marginal no mesmo período que Jevons e Walras. Contudo seguiu um caminho diferente para chegar ao conceito de Utilidade Marginal Decrescente, ele explorou o campo da subjetividade do valor e concluiu que uma troca gera ganho para os dois lados, para assim montar a sua concepção de Utilidade Marginal Decrescente.

O Autor é oriundo de uma família católica, contudo pouco se sabe de suas concepções religiosas, pois ele não trata sobre esse assunto em suas obras. Uma de suas influências mais marcantes é a de Aristóteles em seus trabalhos. Seu objetivo era encontrar leis econômicas exatas a partir da análise precisa e detalhada de fatos concretos. Para Menger todos os fenômenos do mundo teriam aspectos individuais, mas também aspectos gerais.

Outro ponto importante de seu pensamento é que Menger tem uma doutrina Ontológica individualista. Conforme esclarece Younkings (2005, p. 4):

Menger's doctrine of ontological individualism states that there are no "social organisms" or "social wholes." Explanations of such social phenomena are traceable to the ideas and actions of individual persons. He explains that the individual precedes the state and other collective bodies both chronologically and metaphysically.

Devido a isso o autor segue o método indutivo que o leva a não utilizar de maneira ampla a matemática para expor suas ideias, diferentemente de Jevons e Walras. Isso contribuiu para que seus escritos tivessem menos visibilidades que dos outros dois autores, mas não tira o seu mérito das contribuições realizadas por ele para a economia, sendo ele o iniciador da Escola de Pensamento Austríaca.

Menger entende que embora o ser humano não tenha ideias inatas, ele pode desenvolver ideias, mas para ele há uma espécie de determinismo em nossos pensamentos e ações que são influenciados por questões financeiras, crenças, nossa moralidade, etc. Para ele as ações dos indivíduos devem-se as nossas necessidades e estas seriam o início e o fim da atividade humana, pois nada aconteceria caso não houvesse a necessidade humana (YOUNKINS 2005). Essa necessidade seria oriunda de nossa própria natureza biológica, o que contrasta com a ideia do indivíduo maximizador de prazer do utilitarismo de Bentham e seguido por Jevons. Nisso, a base do valor econômico seria biológica, pois os bens econômicos teriam a habilidade de satisfazer as necessidades imediatas dos homens e estas necessidades teriam um fundo fisiológico. Tendo como princípio do valor a interação do homem e sua necessidade de sobrevivência.

2.2.4 As Contribuições de Marshall

Posteriormente, Alfred Marshall utilizando das teorias desenvolvidas por Jevons, Menger e Walras, traz grandes contribuições para a economia. Entre as contribuições importantes para a economia está à inclusão da dimensão temporal na análise econômica – curto prazo e longo prazo. A inclusão da dimensão temporal permitiu que se assentasse em um mesmo ponto de vista as teorias de valor dos Clássicos (David Ricardo e John Stuart Mill) que viam no trabalho a origem do valor e dos Marginalistas (Jevons, Menger e Walras), que acreditavam que a utilidade do

bem é que definia seu valor, para Marshall no curto prazo o valor seria definido pela utilidade marginal e no longo prazo seria definido pelos custos, incluindo o trabalho. Outro ponto de contribuição para a economia foi a introdução do conceito de equilíbrio parcial em seus estudos, quebrando com a teoria clássica do equilíbrio geral. Devido a sua preocupação com os pobres, Marshall faz um grande estudo para evitar esse tipo de mazela, fruto desse estudo é o conceito de Capital Humano e as consequências dele para a formação de riqueza das nações, esse conceito mais tarde fora alargado e utilizado nas teorias de crescimento econômico do período.

Para o autor a economia é “um estudo de Humanidade nas atividades correntes da vida, examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar.” (MARSHALL, 1996, p. 77). O objetivo principal da economia seria o combate das injustiças sociais, sendo a pobreza a principal injustiça. Para ele o motivo da pobreza era o baixo nível de salário dos trabalhadores que perpetuava a condição de pobreza para seus filhos ao não conseguirem desenvolvê-los de maneira adequada, pois teriam menos investimento em seu capital humano se comparado com os filhos de famílias ricas. Os baixos salários devem-se a formação de exército de reserva industrial, de acordo com as palavras de Marx. As pessoas que compunham essa reserva de trabalhadores, normalmente tinham baixo nível educacional e, portanto teriam baixos salários devido ao excesso de oferta de trabalhadores desqualificados. Somente os investimentos em Capital Humano, para contrabalançar a diferença de educação entre os filhos de ricos e pobres e ações duras dos governos para apoiar o desenvolvimento de associações voluntárias e sindicatos de trabalhadores é que conseguiriam acabar com a pobreza, promovendo uma maior igualdade de distribuição de renda, contribuindo assim para o aumento do bem estar da população.

Importante frisar que para Marshall o capital humano significava o nível de capacitação da comunidade para o trabalho qualificado, para liderar, para promover inovações, para empreender e ser organizado. O capital humano é formado pela soma dos esforços das famílias, da sociedade e do governo em promover o desenvolvimento de competências produtivas, como também no desenvolvimento da ética, como por exemplo, a capacidade de agir de maneira cooperativa e pensando

nos interesse coletivos. Os investimentos nessa área foram defendidos por Marshall, não pelo ponto de vista do bem estar do indivíduo, mas pela ótica econômica de que uma distribuição menos desigual da riqueza e da renda traria um aumento no capital humano que compensaria as perdas oriundas no investimento nas áreas da saúde, na educação para os pobres.

Marshall via na religião e na economia os dois principais motores da ação humana, sendo o mais forte a religião, contudo a economia seria a mais frequente. Antes de escolher a economia, Marshall quase se tornara ministro da Igreja Anglicana. Entre suas cartas há conversas que mostram sua crença em Deus, como o Desconhecido, e que ele fazia pedido (orações) ao Desconhecido para que este o ajudasse (MARSHALL, 2005b). Um fato importante é que no decorrer de sua vida parece que Marshall rompe com as crenças comuns das Igrejas Cristãs, pois em uma de suas cartas ele relata que recentemente ele tinha se dado conta de que Jesus possivelmente não acreditava e nem tinha falado das crenças e dogmas que o Cristianismo pregava (MARSHALL, 2005a).

Outro ponto importante sobre a religião era a influência dela nas ações do homem, pois de acordo com ele:

Pois o caráter do homem tem sido moldado pelo seu trabalho cotidiano e pelos recursos materiais que busca por esse meio mais do que por outra influência qualquer, à parte a dos ideais religiosos. Os dois grandes fatores na história do mundo têm sido o religioso e o econômico. [...] Os motivos religiosos são mais intensos do que os econômicos, mas sua ação direta raro se estende sobre uma tão grande parte da vida. (MARSHALL, 1996, p. 77)

Não é possível definir qual autor trouxe mais contribuições para a economia. Os autores aqui apresentados foram escolhidos, por suas contribuições no pensamento econômico Neoclássico que foi uma escola de pensamento hegemônica em seu período e que ainda hoje seus estudos compõem o *Mainstream* da economia, mas principalmente por apresentarem um encadeamento de pensamentos com o Utilitarismo de Bentham, seja concordando, ou contrapondo-o. A importância do Utilitarismo na economia é clara ao vermos os diversos manuais de microeconomia e como suas teorias são apresentadas. Outro ponto importante é que a partir da crítica ao Utilitarismo é que o filósofo John Rawls cria a sua teoria de

justiça equitativa que inspirou os conceitos de Desenvolvimento Humano que será abordado na próxima seção.

2.3 Escola Neoclássica, Crescimento Econômico e Religião

Apesar de outras escolas de pensamento econômico ter espaço para a religião como o Neo Institucionalismo e o Evolucionismo, escolheu-se para a análise a escola Neoclássica no período que compreende a primeira síntese Neoclássica que buscou unir a economia Clássica com os Marginalistas até a segunda síntese Neoclássica que procurou absorver o pensamento de Keynes. Esta decisão deve-se ao fato dela, ter sido a escola de pensamento mais importante no cenário econômico do passado o que levou a influenciar por longo tempo as políticas econômicas e decisões dos governos e instituições privadas e também por continuar sendo um dos elementos que compõem Mainstream da economia atual, influenciando assim as políticas econômicas e decisões dos governos e instituições privadas. Não se nega aqui que atualmente haja ramos da economia , como a Economia da Religião e a Economia Teológica que estudam a religião sem o menor tabu ou preconceito, tendo o início desses estudos com o trabalho de Azzi e Ehremberg (1975).

A escola Neoclássica iniciou-se a partir de Marshall e sua conciliação entre as teorias Clássicas e as teorias Marginalistas, desse esforço em conciliar diferentes teorias em um mesmo corpo teórico é que o pensamento Neoclássico surgiu. O núcleo da Teoria Neoclássica é o Utilitarismo e o Marginalismo, sendo seu foco, conforme palavras de Robbins (1945, p. 24), “comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos”. Conforme Colander (2000) a escola Neoclássica se caracterizaria pelas seguintes hipóteses adotadas irrestritamente: 1) foco na questão da alocação de recursos ao longo do tempo; 2) aceitação de algumas variações no utilitarismo, estando este com papel central no entendimento econômico; 3) foco sobre trade-offs marginais; 4) assume-se a ideia de racionalidade procedimental; 5) aceitação quase irrestrita do individualismo metodológico; e 6) estruturação da teoria em torno do conceito de equilíbrio geral da economia.

Tanto o Utilitarismo como o Marginalismo viam como principal objetivo dos Estados o aumento da riqueza, pois assim teriam um aumento no acesso dos bens escassos que promovem o aumento da utilidade dos indivíduos. Sendo a riqueza o meio para se conseguir o bem-estar dos indivíduos, o melhor indicador para medir se esse objetivo estava sendo cumprido seriam as taxas de crescimento da renda do país. Contudo, ao focarmos as políticas econômicas com o fim de gerar riquezas e não para combater injustiças sociais ou a pobreza, podem-se ter conclusões equivocadas do que é o melhor para a sociedade.

Walras via que o aumento da oferta de bens escassos aumentaria a utilidade da população e eles seriam adquiridos através da compra, portanto o crescimento econômico era fundamental para aumentar a utilidade “bem-estar da sociedade”. O foco na riqueza também estava presente nos escritos de Marshall de uma maneira tão significativa que por vezes este se confundia entre os meios (riqueza) e os fins (bem-estar da população), como por exemplo, ao defender o combate à pobreza ele utilizou-se principalmente de argumentos econômicos e não morais para que ela fosse aceita, entre os argumentos estava que o investimento em capital humano aumentaria o nível do produto da nação.

Apesar do esforço sincero de Marshall em combater a pobreza, ao utilizar o argumento de que investimento em capital humano geraria um aumento na riqueza produzida, ele possibilitou que outros economistas vissem o ser humano não como fim, mas sim como meio, um dos fatores de produção. Essa ótica de capital humano cria uma brecha para que os governos invistam em educação somente naquelas áreas mais técnicas que trariam retorno para a economia, enquanto as áreas da educação menos técnicas e mais ligadas a áreas humanas, como filosofia, sociologia, artes, música, etc., que não dariam um retorno imediato para economia, poderiam acabar relegadas a interesses secundários e com uma alocação de recursos consideravelmente menor.

Ao se fazer a síntese dos pensamentos de diversos autores em um único corpo de pensamento, perde-se muito do colorido de suas teorias e suas ideias, isso não foi diferente com a escola Neoclássica e suas sínteses. Ao resumirem as contribuições dos Marginalistas e dos Utilitaristas, conceitos que antes eram ricos passaram a ser reduzidos. Entre as ideias que passaram por esse processo de redução e simplificação temos aquelas ligadas a descrever a ação humana, que

fazem parte dos pressupostos da escola Neoclássica. Hoje, ela é entendida pela maioria dos economistas como o humano sendo um agente racional maximizador de bem-estar, esse pensamento deriva do Hedonismo e do Utilitarismo de Bentham e que fora usado por Jevons em seus estudos, mas para Walras e Menger, que também chegaram às mesmas conclusões que Jevons a respeito da utilidade marginal e ajudaram a criar o Marginalismo, as ideias eram muito diferentes. Menger por exemplo tinha na ação humana algo que dependia fortemente da fisiologia do homem e Walras não via a ação humana somente sendo guiada pelo individualismo, mas também pelas necessidades sociais.

Caso outros pressupostos para descrever o comportamento humano fossem usados na economia, ao invés do utilitarismo, teríamos possivelmente outra agenda de pesquisa e talvez chegássemos a conclusões diferentes sobre, por exemplo, o objetivo dos governos. Nesse sentido apesar de ser de grande contribuição as sínteses na economia, elas restringiram e direcionaram toda uma geração de pensadores. Evidentemente que a escolha do pressuposto teórico em que o indivíduo é maximizador se deve a facilidade de trabalhar com ela e como ela se adapta bem as demais teorias econômicas, tendo assim a aderência de diversos autores econômicos. Contudo, o pressuposto de racionalidade da teoria Neoclássica onde o indivíduo é auto interessado e está sempre interessado em maximizar seu bem estar é muito falha, pois necessita de diversos pressupostos *ad hoc* para explicar diversos comportamentos econômicos. O comportamento humano seria explicado mais facilmente pela interação entre um comportamento auto interessado de maximização de seu bem-estar, mas também de uma preocupação para com o seu próximo e o bem-estar de seu próximo e progresso espiritual Blank, R. M. e McGurn, W. (2004).

A religião no contexto da escola Neoclássica foi na maioria das vezes excluída dos debates da economia, seja como fator de determinação da ação humana ou de questões relacionadas à pobreza, trabalho, educação, bem-estar social, distribuição da riqueza e o próprio conceito de riqueza. Contudo esta exclusão é um equívoco, pois a religião tem um papel decisivo na formação de preferências e escolhas das pessoas e como 90% da população mundial têm alguma crença ou filiação religiosa

segundo dados, relativos a 2010, da Association of Religion Data Archives (ARDA)¹³ o papel da religião torna-se central e não periférico na economia.

Isso se deve fortemente aos esforços de Bentham em combater a religião e a adoção irrestrita da filosofia Utilitarista por Jevons. Outro fator a se contar foram os esforços dos economistas em tornar a Economia Política uma ciência precisa, devido a isso a religião acabou sendo excluída dos debates dominantes da economia, pois ela não aderiria ao pensamento cientificista de época hodierna.

Caso outro pressuposto sobre o comportamento humano tivesse permanecido dentro do núcleo da escola Neoclássica, provavelmente a religião teria continuado como ponto importante nos debates da economia, pois, por exemplo, caso as ideias de Menger se perpetuassem, onde o indivíduo é fortemente influenciado em suas decisões pela sua fisiologia, então a religião entraria como ponto importante, já que como aponta Trigg (2012, p. 24), a religião seria parte integrante do ser humano:

Religion, or at least the impulses that help to produce the characteristic features of so-called religious belief, is a basic component of humanity.[...]‘Religion’, not atheism, is the default option that we begin with, and this explains the near universality, and the persistence, of religion in one form or another. [...]

The basic impulses that help to form religion are at work everywhere. That will always be pressure inclining humans towards religious views of the world, as the impulses are inherent in human nature.

Ou então, caso a ideia de Walras sobre o comportamento humano prevalecesse, a religião também entraria como ponto importante, pois ela é uma instituição com grande poder agregador, que promove ações sociais e define um padrão de conduta ético moral para os indivíduos, conforme afirma Broom (2003, p. 225) em todas as sociedades houve a propensão para a religião, pois a religião propiciaria uma estrutura moral comum entre os indivíduos.

Ao analisar as afirmações dos autores, depreende-se que a aversão a religião no campo da escola Neoclássica é oriunda a filosofia utilitarista, que fora criada de acordo com Bentham para opor a todo tipo de religião. Contudo, falar de religião não era um tabu para os autores que formaram o pensamento Utilitarista e Marginalista. Pelo contrário, Mill até se utilizava dos ensinamentos de Jesus Cristo para explicar o

¹³ <http://www.thearda.com/> - Acessado em: 20 de março de 2014

Utilitarismo e via a crença na alma e em Deus como uma possível explicação. Jevons, Walras e Marshall por sua vez possuíam uma religião e a crença em Deus, contudo, como esforço para manter a pureza da ciência econômica em seus escritos de economia pouco tratam do assunto apesar de admitirem sua importância.

Ao excluirmos a religião das discussões econômicas acabamos por restringir possibilidades de ideias e cercear a liberdade de argumentação das demais pessoas, além de reduzir os fatores que influenciam o comportamento do ser humano o que compromete a análise dos fenômenos econômicos. A própria questão da maximização do bem-estar, ao se reduzir a dimensão da religião acaba por trazer respostas que possivelmente trazem uma menor soma de bem-estar que outras que incluam essa dimensão, pois o ser humano tem em seu padrão psicológico conceitos religiosos comuns Trigg (2012).

Outro ponto a se considerar é que se o que afirmam diversas religiões for verdade, sobre a vida após a morte e que somos tratados após a morte de acordo com nossas ações em vida. Nesse sentido será que a economia com o seu pressuposto de indivíduo auto interessado e maximizador do bem estar próprio estaria guiando ao caminho certo as populações, ao priorizarem a produção de riqueza? Esta reflexão sobre esse ponto não deve ser considerada como sem importância, ou como uma brincadeira, pois a ideia de que quando morremos nossa existência e individualidade também chegam ao fim, que é defendida pelos utilitaristas, não passa de uma hipótese da mesma forma que a ideia de que a continuidade da existência após a morte também é.

Ainda sobre a hipótese de vida após a morte, cabe elencar algumas evidências que a própria ciência tem a oferecer. Em um estudo realizado por Lommel¹⁴ constatou-se que de 344 pacientes que foram ressuscitados após diversas paradas cardíacas, 62 pacientes (18%) tiveram experiências de quase morte em que relatavam geralmente as seguintes vivências: um sentimento de paz e ausência de dor, ter uma experiência fora do corpo como observando o que estava acontecendo consigo mesmo enquanto estava sendo ressuscitado, sentir-se a viajar dentro de um túnel escuro com uma luz no final do túnel, ascender ao céu, ver familiares já falecidos esperando por eles, encontrar seres espirituais e rever os principais acontecimentos da própria vida. A conclusão que o autor refere ao estudo é:

¹⁴ Médico da divisão de cardiologia do Hospital Rijnstate, Arnhem, Holanda

With lack of evidence for any other theories for NDE, the thus far assumed, but never proven, concept that consciousness and memories are localized in the brain should be discussed. How could a clear consciousness outside one's body be experienced at the moment that the brain no longer functions during a period of clinical death with flat EEG? Also, in cardiac arrest the EEG usually becomes flat in most cases within about 10 s from onset of syncope. Furthermore, blind people have described veridical perception during out-of-body. [...]

Research should be concentrated on the effort to explain scientifically the occurrence and content of NDE. Research should be focused on certain specific elements of NDE, such as out-of-body experiences and other verifiable aspects. Finally, the theory and background of transcendence should be included as a part of an explanatory framework for these experiences. (VAN LOMMEL, 2001, p. 2045)¹⁵

Este não é o único trabalho científico sobre esse tema, muitos cientistas, médicos, neurocirurgiões, neurocientistas realizam artigos científicos sobre esse tema. Em uma breve pesquisa na internet encontrou-se cerca de 23 livros científicos e mais de 125 artigos científicos mostrando evidências da continuidade da vida após a morte de diversas formas e inclusive em ambientes controlados. Na Economia da Religião Azzi e Ehremberg (1975) criaram um modelo de alocação de tempo multiperíodo que permitiria a obtenção de benefícios no pós-vida.

O objetivo deste trabalho não é provar a existência de Deus ou da vida após a morte, mas sim estimular que a religião continue a ser explorada como um dos elementos que compõe o debate e a explicação na economia, sendo um contraponto, outra via de explicação e não simplesmente ser ignorada como fora feito pelos Utilitaristas. Ao incluirmos a religião no debate podemos chegar a novas conclusões para o bem estar dos indivíduos bem como quais políticas econômicas a seguir. Os focos das políticas econômicas influenciadas pela escola Neoclássica poderiam mudar, ao invés de ser voltada para a produção de riqueza, poderíamos ter um foco para o florescimento das capacidades dos indivíduos, ou combater as desigualdades econômicas, ou a busca por viver em uma sociedade em harmonia com o meio ambiente, aumentar a interação e as ações coletivas na sociedade, entre outras possibilidades.

Este caminho não é fácil, pois há um hábito comum entre os religiosos de terem suas crenças e dogmas que para eles simplesmente não podem ser

¹⁵ A título de explicação NDE é a sigla para Near-death experience ou experiência de quase morte e EEG é a sigla para eletroencefalograma.

discutidos, contudo pode-se chegar a muitos consensos entre as mais diferentes religiões e teorias econômicas sem que para isso tenhamos de discutir os dogmas de cada uma. A pobreza pode ser melhor combatida com a ajuda das instituições religiosas, a educação mais estimulada, o convívio social e as ações coletivas reforçadas através dela. Nos pontos onde haja uma discordância, um debate público deve ser estimulado, pois argumentos oriundos da religião devem ter espaço em uma sociedade democrática, assim como os ateus do século 19, entre eles Bentham, batalhavam por ter seu espaço no debate público. Caso haja crenças ou práticas religiosas perigosas ou falsas, elas devem ser percebidas como tal e devem ser desafiadas e questionadas na esfera pública de maneira racional à luz da ciência e não ocultadas ou suprimidas.

3 JUSTIÇA COMO EQUIDADE, ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO E RELIGIÃO

O Utilitarismo fomenta políticas econômicas voltadas para o bem-estar material da população, que quando muito, quando olham para as pessoas, as veem como capital humano. De algum modo, as desigualdades sociais, os problemas de saúde e educação são considerados subjacentes aos problemas referentes ao crescimento das economias.

A partir da década de 90, um novo paradigma emergiu no cenário internacional, o Desenvolvimento Humano, que conceitualmente ganhou força graças às contribuições teóricas de Amartya Sen e Martha Nussbaum. O conceito de Desenvolvimento Humano proposto por Sen e Nussbaum é influenciado pela teoria da justiça de John Rawls, filósofo político e colega de Sen enquanto lecionavam na Universidade de Harvard. Rawls cunhou sua teoria da justiça com o nome de “*Justice as Fairness*”, que traduzido significaria Justiça como Equidade.

Com os estudos econômicos na área do Desenvolvimento Humano permitiu-se que novas políticas econômicas fossem pensadas tratando o crescimento econômico de modo mais instrumental (diferentemente de tratar o crescimento econômico como um fim em si mesmo). O foco dessas políticas de Desenvolvimento Humano seria a melhoria da condição de vida da população, onde analiticamente a saúde e a educação ganharam um status prioritário, por constituírem fins do desenvolvimento dentro desse paradigma.

No entanto, para que compreendamos o que significa o desenvolvimento humano precisamos parar para entender melhor o significado da contribuição da teoria de justiça de Rawls, sem fazer um estudo pormenorizado dela, mas buscando uma associação da mesma com o conceito de Desenvolvimento Humano e sua relação com a religião. Após será apresentado a abordagem das capacitações que foi desenvolvida por Amartya Sen e como ela influenciou os estudos sobre o Desenvolvimento Humano realizados pelo PNUD, bem como as relações que a Abordagem da Capacitação tem com as religião.

3.1 John Rawls e a Justiça como Equidade

A contribuição de Rawls para o desenvolvimento é indireta, mas não menos relevante. Sua preocupação com formas imparciais de formação de princípios constitucionais, dentro de uma narrativa contratualista, inspirou economistas a olharem não só para a renda média das pessoas, mas sim para como ela é distribuída e sobre o significado político dessas desigualdades. Na situação original proposta por Rawls os indivíduos racionais e razoáveis procurariam um contrato social mais equitativo dentro de uma sociedade bem estruturada. Essa mudança de paradigma fez com que as políticas públicas mudassem o seu foco de crescimento econômico para a expansão das “*capabilities*”, traduzido como capacitações dos indivíduos.

Ao formular a Justiça como Equidade Rawls não almejava criar uma teoria de justiça que pudesse abranger todos os casos específicos. Seus objetivos eram, primeiro a explicação dos direitos básicos em que o autor define como “bens primários” e depois conduzir esses conceitos a uma integração ao princípio de igualdade equitativa de oportunidade e o princípio da diferença.

3.1.1 A Posição Original e o Véu da Ignorância

Para atingir os seus objetivos o autor lança mão de um experimento hipotético de pensamento, onde ele imagina um grupo de indivíduos que iniciariam uma sociedade e antes da formação da sociedade eles se reuniriam para deliberar racionalmente que regras adotariam em sua sociedade, neste período inicial o governo estaria inicialmente ausente. Nesta ocasião os indivíduos fariam um contrato social geral que norteasse os princípios constitucionais, as leis, regras e arranjos da sociedade. O autor nomeou de “Posição Original” este momento de deliberação das regras gerais para a sociedade. O que fosse deliberado e acordado na posição original seria considerado justo porque seria fundamentado em uma condição de imparcialidade.

O autor pressupõe que os indivíduos são auto interessados e agem de maneira racional para atingir seus objetivos. Devido a isso os indivíduos agiriam e tentariam definir as regras da sociedade de uma forma que contribuísse com seus objetivos de vida, fazendo com que gerasse uma sociedade com regras injustas, pois eles escolheriam as regras que mais o beneficiassem e não necessariamente que beneficiassem a todos.

Segundo Rawls esse *status quo* seria necessário para assegurar a possibilidade de consensos básicos de maneira equitativa. Contudo, para que de fato as regras fossem justas, seria necessário que os indivíduos escolhessem as regras da sociedade sem saberem de informações básicas sobre si mesmo, a fim de evitar escolhas que os beneficiasse. Essas informações básicas seriam desnecessárias para a definição de critérios de justiça, evitando assim regras injustas, como ressalta o autor:

O objetivo é excluir os princípios que seria racional alguém propor para aceitação, por menor que fosse a possibilidade de êxito, se essa pessoa conhecesse certos fatos que, do ponto de vista da justiça são irrelevantes. (RAWLS, 2008 p. 22).

Esse desconhecimento sobre suas próprias informações como o conhecimento a respeito de seus recursos, dotações, preferências, gostos, religião e posição social que teríamos foi nomeado pelo autor como o véu da ignorância, ou nas palavras do próprio autor:

[N]inguém conhecer seu lugar na sociedade, sua classe ou seu status social; e ninguém conhece sua sorte na distribuição dos recursos e das habilidades naturais, sua inteligência, força e coisas do gênero. Presumirei até mesmo que as partes não conhecem suas percepções do bem nem suas propensões psicológicas especiais. Os princípios de justiça são escolhidos por trás de um véu de ignorância. (RAWLS, 2008 p. 15).

Sobre o Véu da Ignorância, Rawls esperava que os indivíduos escolhessem um contrato social em que a equidade fosse um ponto fulcral, pois como não saberiam em que condições se encontrariam após o acordo estabelecido haveria a incerteza de escolher um acordo que os pudesse prejudicar. Essa incerteza sobre a sua

posição levaria os indivíduos, na posição original, a escolher o contrato com a maior equidade, onde as regras para a sociedade fossem as melhores alternativas para os indivíduos que estivessem na pior situação possível, pois ao ser retirado o véu da ignorância a pessoa que estivesse deliberando sobre as regras poderia estar nessa situação de desvantagem.

Outro ponto importante na posição original é que por estarem sobre o véu da ignorância os indivíduos se pautariam por uma regra *leximin*¹⁶ para definir as regras da sociedade.

3.1.2 Princípios Lexicograficamente ordenados

Esta situação original hipotética, que não tem nenhum paralelo com a história concreta, de acordo com o próprio autor, se permitiria a formulação de uma teoria da justiça que não privilegiasse nenhuma pessoa, devido às circunstâncias ou vantagens que alguém pudesse ter. Através da posição original Rawls esperava que os indivíduos chegassem como uma conclusão em dois princípios básicos, sendo o segundo princípio subdividido em duas partes que estariam ordenados de acordo com a sua prioridade em relação aos demais:

1. Princípio da Liberdade igual: Uma liberdade máxima e igual para todos os indivíduos da sociedade.
2. Princípio da Distribuição de Bens: As desigualdades sociais e econômicas só seriam permitidas se respeitassem os seguintes critérios:
 - 2.1. Princípio do Maior Benefício: As desigualdades econômicas só seriam permitidas se não houvesse outro meio de gerar maior bem estar para os indivíduos em uma condição sócio econômica menos privilegiada.
 - 2.2. Princípio da Diferença: Os postos de trabalho e posições sociais que gerem uma desigualdade econômica de rendimentos devem ser oportunizados aos indivíduos de uma maneira justa e com igualdade equitativa de oportunidades.

¹⁶ O *Leximin* é uma variação do regra *Maximin* onde se busca aumentar ao máximo os ganhos do indivíduo em pior situação. Neste princípio seria usado a regra *maximin* com princípios lexicograficamente ordenados.

Nesse sentido, os princípios seriam lexicograficamente ordenados, ou seja, só se passaria do primeiro para o segundo princípio se o primeiro estivesse assegurado e do primeiro ponto do segundo princípio para o segundo ponto do segundo princípio se o primeiro ponto estivesse assegurado.

Importante notar que ao incluir o princípio da diferença Rawls mostra que não é contra a um determinado nível de desigualdade, desde que ela seja alcançada através do mérito próprio. Neste aspecto o autor reconhece a importância da meritocracia para a melhoria da sociedade, pois assim estimularia o esforço de todos os indivíduos, beneficiando a vida dos menos privilegiados também.

3.1.3 Bens Primários

A respeito dos bens primários que seriam os objetivos da teoria da justiça como equidade, Rawls (1982) faz uma lista dos principais bens primários que podem ser resumidos como:

1. Liberdades básicas – como liberdade de pensamento e liberdade de consciência e de crença religiosa;
2. Liberdade de movimento e liberdade de escolha de ocupação dado um conjunto de diversas oportunidades e objetivos de vida;
3. Poderes e prerrogativas de posição de responsabilidade;
4. Renda e riqueza, em sentido amplo como “os meios para atingir os fins possíveis” e objetivos da vida;
5. Bases sociais de autoestima: são aspectos essenciais das instituições básicas para que os cidadãos tenham um sentimento presente do seu valor intrínseco como pessoas;

Para Rawls, a aleatoriedade de como viemos ao mundo, ou loteria da natureza como o autor descreve, promove situações injustas onde alguns nascem com características positivas e desejáveis como a beleza, força, inteligência e um bom “background” familiar enquanto outros indivíduos seriam desprovidos desses atributos que facilitariam a sua vida. Devido a essas discrepâncias que ocorrem já ao nascer, mas também podem se desenvolver no decorrer da vida, Rawls propõe que em certa medida esses recursos a mais que alguns indivíduos possuem possam

ser colocados em utilização a fim de amenizar as dificuldades daqueles indivíduos em uma condição socioeconômica inferior.

As vantagens advindas de condições iniciais aleatórias, citadas anteriormente, não seriam merecidas e, portanto os resultados desiguais oriundos dessas dotações iniciais vantajosas só deveriam ser permitidos quando fossem o único meio de aumentar os benefícios para os indivíduos economicamente menos favorecidos. Os únicos benefícios que os indivíduos poderiam usufruir livremente seriam aqueles oriundos do próprio esforço.

3.1.4 Rawls e a Religião

Apesar da afirmação feita por Rawls (1997) *“My religion is of interest only to me, as its various phases and how they followed one another are not unusual or especially instructive”*. A análise de suas crenças e convicções é importante para o estudo proposto.

De acordo com o seu texto *“On my religion”* (1997) em que Rawls fala de sua relação com a religião ficamos sabendo que ele foi criado em uma família cristã de denominação Episcopal. Ele aceitava os valores e crenças de sua religião se dizendo um Cristão Episcopal Ortodoxo, contudo suas crenças começaram a mudar quando cursava a universidade, em Princeton, onde passou a se interessar por teologia, chegando a cogitar em ir para um seminário, mas decidiu fazer isso somente após o término da 2ª Guerra Mundial. Como seus amigos estavam se alistando para lutar na guerra ele também decidiu se alistar. As experiências que vivenciou na Guerra o levaram a questionar suas crenças e por fim a abandonar completamente a fé cristã em junho de 1945, segundo o relato de Rawls (2009, p. 261 e 262). As únicas crenças que permaneceram foram a da crença em Deus, conforme esclarecido por Rawls:

The following months and years led to an increasing rejection of many of the main doctrines of Christianity, and it became more and more alien to me. My difficulties were always moral ones, since my fideism remained firm against all worries about the existence of God. The so-called proofs of God's existence in St. Thomas and others proved nothing of religious significance

in any case. That seemed clear. Yet the ideas of right and justice expressed in Christian doctrines are a different matter. (Rawls, 2009, p. 263)

Em meio a essa mudança de paradigma em suas crenças é que sua concepção de Justiça foi gestada. A influência da religião pode ser sentida em seus escritos pela quantidade de vezes que ela é tratada. Em seu livro *A Theory of Justice* ele trata da tolerância à luz da comparação entre religiões tolerantes e intolerantes.

Não é de se surpreender que apesar de seu rompimento com a moral cristã e a Justiça Divina que sua religião pregava, ele tivesse mantido alguns dogmas da religião que outrora fazia parte e estes dogmas terem influenciado sua teoria de justiça. A questão de manter os dogmas de sua antiga religião, entre eles a crença em Deus, pode ser explicada pelo fato de que, como o próprio autor esclarece, ele rompe com os preceitos morais do cristianismo e seu conceito de Justiça Divina, embora tenha abandonado essa linha de pensamento religioso.

Entre os pontos de influência de sua antiga religião está a própria concepção da posição original e o seu véu de ignorância, onde este experimento mental hipotético se assemelha muito com os dogmas das condições iniciais do indivíduo (alma) no momento de sua criação.

De acordo com o dogma cristão a alma é criada de maneira igual sempre, como pode ser visto pelos ensinamentos da catequese da Igreja Católica¹⁷ *“Criados à imagem do Deus único, dotados duma idêntica alma racional, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem”*¹⁸, no documento da catequese também encontramos o dogma da unicidade da existência e que quem decide que talentos a pessoa terá em vida seria Deus.

Estes dogmas mostram particular similaridade com a posição original. As almas, antes de encarnarem (ganhar o corpo material) estariam no equivalente a posição original. As características que a alma teria antes de encarnar, mesma

¹⁷ A utilização do documento da Igreja Católica como referência se deve ao fato que a Igreja Episcopal Angliana se vê como o meio termo entre o protestantismo e o catolicismo. Neste credo tanto a Igreja Católica quanto a Episcopal possuem a mesma definição, pois a grande diferença entre essas duas religiões esta no fato da aceitação dos 39 artigos de religião escritos por Martim Lutero e nestes artigos não existe a negação ou modificação do credo de como a alma é formada.

¹⁸ http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s1cap2_1877-1948_po.html - Acessado em 11 de novembro de 2013

capacidade de raciocínio, mesma natureza e como ainda não entraram na vida material não possuiriam as tendências, gostos, propensões psicológicas, religião ou características físicas, seriam equivalentes às encontradas nos indivíduos sob o véu da ignorância. A loteria da natureza seria personificada pelas escolhas que Deus faz para a vida que teremos, sem que nós tenhamos interferência em sua decisão.

Devido a estes dogmas é de se esperar que caso as almas, antes de encarnarem, combinassem as regras para o contrato social acabariam chegando as mesmas conclusões que a Justiça como Equidade chega.

Ainda na posição original vemos uma clara definição sobre suas crenças a respeito da continuidade da existência após a morte do corpo, através da alma. Ao tratar da questão da justiça intergeracional em Rawls (2008, p. 356), o autor não opta pela concepção reencarnacionista para explicar o motivo de economizar os recursos naturais para as futuras gerações, que por esta ótica seria preservar os recursos naturais para que possamos usa-los em nossas próximas existências e caso não façamos bom uso destes recursos teremos de compensar nas próximas vidas. Ao invés disto ele opta por modificar a própria posição original e acrescentar um pressuposto *ad hoc* em que os indivíduos também desconheceriam a que geração da humanidade pertenceriam e que na posição original as pessoas deveriam fazer um cálculo atuarial dos riscos corridos ao se poupar ou não e o quanto cada geração deveria poupar para manter o mesmo nível de utilização dos recursos da natureza contrabalanceando com a questão do avanço tecnológico, tornando a explicação muito complexa e de difícil imaginação.

Aqui a questão é clara, pois ele opta por uma resolução mais complicada para o problema da justiça intergeracional que uma mais simples, pois evidentemente ele acreditava que era uma verdade incontestável o fato das pessoas terem uma única vida e depois não voltariam a Terra para uma outra vida em outro corpo, tal qual a sua antiga religião assim o professava.

Outro ponto a se destacar é a situação da loteria da natureza, ou as vantagens que nos deparamos sejam no início ou no decorrer de nossas vidas sem que tenhamos tido algum esforço para alcançá-la sendo fruto da aleatoriedade dos eventos da vida. Para o autor essa situação é injusta, já para aqueles que acreditam na reencarnação esta situação é justa e caso o indivíduo não faça bom uso desses talentos que recebeu nesta vida os perderá ou será restringido em sua próxima

existência. A grande discrepância neste ponto mostra que a teoria da Justiça como Equidade esta longe de ser uma unanimidade e que caso seus pressupostos estejam errados ela na verdade permitiria injustiças ao não reconhecer a justiça pelo ponto de vista das vidas sucessivas.

Abordar a questão da hipótese de que existe reencarnação é muito importante, pois este não é nem de perto um ponto de consenso na humanidade. A divergência sobre o tema é percebida ao analisarmos os dados de estudos sobre os diferentes tipos de crenças das sociedades que mostram a crença na reencarnação presente em 25%¹⁹ das pessoas nos Estados Unidos e em 24%²⁰ das pessoas na Europa. Sendo que para Tucker (2007) mais da metade das pessoas no mundo acreditam na reencarnação. Além disso, existem vários estudos científicos que respeitam seguem os critérios de falseabilidade, verificabilidade e de reprodutibilidade no campo da psicologia, parapsicologia ou simples investigação apontam evidências materiais significativas da existência da reencarnação como os estudos de Stevenson (1970), Weiss (1988), Kwitko (1998), Tucker (2007) e muitos outros autores. Logo não considerar a hipótese de que possa haver reencarnação é menosprezar parcela expressiva da população.

Certamente Rawls não fez de maneira intencional a sua teoria para que coadune com os dogmas de sua antiga religião. De fato o autor demonstrava ser bem intencionado e buscava realmente uma nova definição de justiça para substituir a Justiça Divina proposta pela religião a qual havia deixado. Mas ao fazer sua teoria ele se utilizou dos dogmas a respeito da concepção da vida que ele realmente acreditava. Infelizmente, ao fazer isso e dizer que essa era a única maneira de se encontrar uma justiça equitativa ele acaba por restringir o debate, para dogmas que dizem respeito a um determinado grupo religioso, desengajando um grande contingente populacional de compartilhar suas ideias, pelo simples fato de não acreditarem nos pressupostos ao qual ele acredita e não terem a chance de contra argumentarem. Logo, apesar de afirmar que a justiça equitativa, como sendo as combinações feitas na posição original sob o véu da ignorância, seja o argumento forte para garantir os bens básicos e não prescindindo de argumentos religiosos, na

¹⁹ <http://www.pewforum.org/files/2009/12/multiplefaiths.pdf> (acessado em 10/08/2013)

²⁰ <http://www.europeanvaluesstudy.eu/> (acessado em 10/08/2013)

verdade ele se torna um argumento fraco para a maior parte da população mundial por não aderir e concordar com os seus pressupostos.

Ao colocar os dogmas de sua antiga religião, há também uma questão de desrespeito com os pressupostos do véu da ignorância, que entre suas restrições de conhecimento tem a qual religião o indivíduo pertence. Essa restrição obrigaria que todas as hipóteses do que acontece com a vida depois da morte devessem ser levantadas e consideradas no momento da posição original, mas não é isso o que acontece na Justiça como Equidade.

Temos também a crítica de Trigg (2007, p. 199) em que para o autor a teoria Rawlsiana aceitaria a religião na esfera pública se nós não vivêssemos em sociedades pluralistas.

Por fim, o autor também trata de questões relacionadas à religião ao abordar a liberdade de consciência e a tolerância religiosa. Para ele a única interferência que o governo poderia ter para cercear a liberdade dos indivíduos seria para proteger a própria liberdade, ou seja, para evitar que religiões com crenças intolerantes tivessem ações que reduzam a liberdade dos demais que não acreditem nas mesmas religiões.

3.2 Abordagem das Capacitações e o Desenvolvimento Humano

Amartya Sen, indiano, recebeu o prêmio Nobel de economia em 1998 devido às contribuições na área da economia do bem estar. Entre as principais contribuições para o pensamento econômico, senão a principal, está a Abordagem das Capacitações que se tornou o principal contraponto entre as ideias da Economia do Bem Estar, cujo seu precursor foi Alfred Marshall. A Abordagem das Capacitações contribuiu para a formação do conceito de Desenvolvimento Humano na economia. Junto com Mahbub ul Haq criaram o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) e desde 1993 a ONU vem utilizando este índice em seus relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Sen foi aluno Rawls na Universidade de Harvard, essa relação de aluno, mas também de amizade surtiu grande influência em seu pensamento. Ele foi inspirado

pela teoria de justiça de Rawls, principalmente em relação à importância da liberdade substantiva e de uma base de bens primários ou de capacitações como fundamental para uma base equitativa na sociedade. Como o próprio autor esclarece as capacitações, podem ser vistas como uma extensão natural da concepção Rawlsiana dos bens primários e sua importância para a teoria da justiça *“the focus on basic capabilities can be seen as a natural extension of Rawls’s concern with primary goods, shifting attention from goods to what goods do to human beings”* (SEN, 1980, p. 218-219).

Assim como Rawls parte da crítica do Utilitarismo para compor sua teoria de justiça, Sen também critica o Utilitarismo, mas sem eleger um autor específico. Contudo ao analisar o Utilitarismo clássico que fora desenvolvido por Jeremy Bentham, Sen (1999) destaca três deficiências principais em sua avaliação moral do utilitarismo:

- a) Indiferença distributiva, ou seja, o que importa é o aumento da utilidade total e não como ela é distribuída;
- b) Fatores importantes estariam desvinculados da utilidade, como os direitos e as liberdades, podendo ser restringidos ou negados para alguns indivíduos caso se gere um aumento de utilidade total para os demais;
- c) Preferências adaptativas ou adaptação e condicionamento mental. A mente se acostuma com sucessivos eventos de privações, o que gera casos em que dar uma moeda para um mendigo traria tanto ou mais utilidade “bem-estar” que um jantar em um restaurante caro para alguém que não esteja acostumado a privações. Esse é um ponto importante levantado por Elster e desenvolvido por Sen e Nussbaum.

O autor também critica a teoria neoclássica ao colocar a teoria do comportamento racional como sendo uma maximização inteligente do autointeresse (SEN, 2009, p.179). Para Sen este pressuposto primeiramente nem sempre ocorre na vida real, outro ponto a se destacar em sua crítica é que esta visão do comportamento humano impedem concepções de comportamento motivadas por um ideal ético, já que esta apenas focada na maximização do autointeresse.

Para o autor é possível que os indivíduos tenham ações voltadas para o bem estar do seu próximo. Sua concepção do comportamento humano é

multidimensional, seguindo a vertente dos clássicos da economia em específico Adam Smith. Como a característica da ação humana é multidimensional, Sen divide a ação humana em duas condições, a de bem estar (*well-being*), que são as ações motivadas para o seu próprio bem estar, e a de agência (*agency*), que são as ações motivadas por outros sentimentos, como o dever, lealdade boa vontade, bem estar do próximo, etc.

O autor esclarece que a economia tem duas abordagens fundamentais, a ética e a matemática. As questões éticas que envolvem a economia acabaram ofuscadas por um bom tempo pela abordagem matemática devido a busca dos economistas por um maior rigor científico. Este rigor provocou uma simplificação da realidade pelos modelos matemáticos para resolver problemas de alocação de recursos e abandonando questões de caráter subjetivo. Devido a isso as análises da prosperidade humana acabaram restritas a visão utilitarista que era simples e possuía modelos matemáticos já formulados por Jevons e Walras. A abordagem de Sen, busca o lado ético da economia a fim de equilibrar os conhecimentos econômicos. Ao fazer isso ele contempla aspectos subjetivos do comportamento humano e coloca as liberdades substantivas no foco das avaliações e análises econômicas.

Na Abordagem das Capacitações, Sen, foca seus esforços argumentativos para defender as liberdades substantivas dos indivíduos e a questão dos bens primários, que para ele seriam *commodities*, e deveriam fazer parte da *capability* das pessoas adquirir as *commodities*. O principal diálogo entre Sen e Rawls é no campo da justiça, onde ambos criticam o Utilitarismo, como dito anteriormente, e também abandonam os aspectos normativos das teorias de justiça. Entre as críticas principais esta o fato de que para Sen, o espaço de avaliação não deveria ser os bens, pois eles são meios e não um fim em si mesmo. A avaliação deveria ocorrer na meta do indivíduo, ou seja, onde ele deseja chegar. A melhoria de uma condição de vida não estaria ligada propriamente ao acúmulo de bens, mas sim ao acúmulo de opções de escolher que vida gostaria de levar.

Em sua Abordagem das capacitações Amartya Sen, faz uso de diversos termos inventados por ele mesmo e que são de fundamental importância para a compreensão de sua teoria. Entre estes termos temos os “*functioning*”, traduzido como funcionamentos, que são reflexos dos vários fatores que uma pessoa pode

considerar ser valioso para ter ou fazer, (Sen, 1999). O termo “capability”, traduzido como capacitação, seria o conjunto de *functionings* que cada indivíduo tem a liberdade de escolher para alcançar seus objetivos e uma boa condição de vida.

Um ponto importante a se destacar é a questão da felicidade para o autor, ele a vê como uma *functioning* “ser feliz” e não como a *capability* do próprio indivíduo. Para Sen (2009, p.276) a liberdade substantiva do indivíduo é maior que a felicidade, ou seja, é uma parte dela.

Em resumo a Abordagem da Capacitação é uma estrutura descritiva que serve para avaliar o bem estar individual e da sociedade, servindo como inspiração e instrumento de avaliação de políticas públicas e mudanças sociais. A Abordagem da Capacitação avalia o bem estar das pessoas e da sociedade como um todo, através das capacitações que os indivíduos possuem ou podem realizar e do conjunto de funcionamentos que a eles são importantes.

O desenvolvimento humano seria alcançado quando as políticas públicas ou a própria sociedade fosse capaz de expandir suas respectivas capacitações. Nesse sentido políticas públicas que focassem na educação, saúde, inclusão de deficientes, redução de preconceitos e igualdade de gênero estariam em consonância com a Abordagem da Capacitação e contribuiriam para o objetivo da economia, permitindo um aumento de liberdade substantiva.

Para Sen (1992 e 1999) o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas valorizam. Sendo esta definição de fundamental importância para a constituição da Abordagem da Capacitação e também do Índice de Desenvolvimento Humano. Esta definição de desenvolvimento faz com que se retire o foco para o simples crescimento econômico e passe-se a cuidar da expansão das capacitações das pessoas, tornando-se este o objetivo principal das políticas públicas ou da intervenção social.

3.2.1 Abordagem das Capacitações e a Religião

Assim como Rawls, Sen reconhece o direito à liberdade de escolha a religião como um direito importante na vida das pessoas. Essa defesa se dá mesmo sendo o

autor, um ateu confesso. Sua convicção, contudo não impediu de colocar a religião dentro da Abordagem das Capacitações, como sendo um dos elementos que levam o ser humano a almejar esse ou aquele tipo de vida. O autor é defensor da diversidade religiosa e da tolerância entre as diferentes religiões, pois uma sociedade com essas características possibilitaria um maior conjunto de opções de escolha de vida e conseqüentemente uma expansão das Capacitações dos indivíduos.

Sen é grande opositor do fundamentalismo religioso, que privaria a sociedade de dispor de uma liberdade maior de oportunidades, como pode ser constatado no trecho abaixo:

An attempt to choke off participatory freedom on grounds of traditional values (such as religious fundamentalism, or political custom, or the so-called Asian values) simply misses the issue of legitimacy and the need for the people affected to participate in deciding what they have reason to accept (Sen, 1999, p. 32).

Para o autor a religião não deve entrar nas discussões da justiça, pois ela reduziria o espaço argumentativo das deliberações para as crenças e dogmas que a religião específica acreditasse, criando assim uma redução da liberdade dos demais indivíduos. Outro ponto, fundamentado no argumento das preferências adaptativas, é o que trata da religião como um fator que gera uma mudança nas preferências dos indivíduos fazendo-os, assim, ignorar suas condições de privação e dificuldade e mantendo-os felizes.

Na verdade a religião não deve ser considerada como uma simples *functioning* dentro de um conjunto capacitário, pois ela é fundamental para garantir capacitações básicas da Abordagem da Capacitação, como pode ser visto ao analisarmos a lista de capacitações básicas que devemos ter. Em seus estudos, Sen não buscou criar uma lista de capacitações básicas para os seres humanos, por acreditar que essa missão seria incompleta haja vista a multiplicidade de gostos, moralidade e preferências dos indivíduos. Contudo, Nussbaum, seguidora da abordagem das capacitações, criou uma lista das principais capacitações a serem disponibilizadas para os seres humanos e dentro dessa lista encontramos algumas que se ligam intimamente a religião como:

1 Vida. Ser capaz de viver até o término da vida humana em condições normais, não morrer prematuramente, ou antes que tenhamos a vida reduzida por não valer a pena viver.

(...)

4 Sentidos, imaginação e pensamentos. Ser capaz de usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e a razão e realizar essas ações de uma maneira “verdadeiramente humana”, uma trajetória informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo a não-limitação dos meios para o aprendizado e bases para o treinamento matemático e científico. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com os trabalhos de experiência e produção e dimensões da própria escolha, religião, literatura, música, e outras. Ser capaz de usar sua própria concepção para a garantia da liberdade de expressão com respeito às expressões políticas e artísticas e, a liberdade religiosa. Ser capaz de ter experiências satisfatórias e evitar sentimentos prejudiciais.

(...)

6 Razão prática. Ser capaz de formar uma concepção de bem e engajar-se na reflexão crítica sobre o planejamento da nossa vida. (Isso envolve a liberdade de consciência e de observância religiosa).

7 Filiação.

(...)

b. Ter bases sociais de auto-respeito e não-humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser com dignidade cujo valor é igual aos dos outros. Isso contribui para provisões de não-discriminação com base racial, sexual, orientação sexual, etnia, casta, religião e nacionalidade.

(...)

10 Controle sobre o seu próprio meio ambiente

a. Político. Ser capaz de participar efetivamente em escolhas políticas que governam as nossas vidas; ter o direito de participação política, proteção da liberdade de expressão e associação. (Nussbaum 2006, p. 76 citado por Zambam, 2009, p. 67)

Apesar das grandes possibilidades de arranjos de capacitações que podem ser consideradas básicas, as que estão listadas, tendem a ter um consenso para os pensadores que se utilizam da abordagem das capacitações como sendo importantes e, portanto básicas.

A décima capacitação, relaciona-se com a religião ao permitir que de fato grupos religiosos se organizem e atuem nas decisões políticas que atuem em suas vidas. Esta capacitação gera uma oposição ao pensamento seniano de que a religião não deveria entrar nas discussões a respeito da concepção de bem ou justo, pois ao negar esse direito nega-se a liberdade de expressão.

A sétima capacitação, liga-se a religião devido ao fato de existir grupos religiosos cuja a sua crença acaba segmentando a sociedade, seja em forma de castas ou por gênero ou outras crenças. Devido a isso é necessário que certas crenças, dogmas ou práticas religiosas que sejam perniciosas sejam contornadas e

desestimuladas para que se possibilite um ambiente social de estímulo à expansão das capacitações.

A quarta capacitação é clara e cita em que pontos a religião se encaixa nela, não sendo assim necessário sua explicação.

A primeira capacitação que de maneira incontestemente a mais importante, trata da vida, é colocada como relacionada à religião, pois existem diversos estudos que apontam que pessoas que tem um envolvimento religioso tendem a dar um valor diferenciado à vida, como se pode inferir de estudos que comparam a relação entre religião e suicídio. De fato, as pessoas religiosas tem um índice de suicídio cerca de duas vezes menor do que aqueles que não se envolvem com a religião, conforme relatam Almeida e Neto (2004). A relação entre religião pode ser vista de forma clara nos gráficos 1 e 2, no apêndice, onde mostram a relação dos indicadores de quanto as pessoas acham importante a religião para a sua vida e a taxa de suicídios por 100.000 habitantes para 41 países. A escolha dos países foi realizada de acordo com os dados disponíveis pelo World Value Survey de 2005²¹ e pela tabela “*Suicide rates per 100,000 by country, year and sex*” da Organização Mundial da Saúde²² de 2011. A relação entre estes indicadores apresentou um coeficiente de correlação negativo de 0,67 para as mulheres e para os homens de menos 0,55:

Um fato interessante de se notar é que ao relacionarmos o IDH de 2012²³ com a taxa de suicídio por 100.000 habitantes de 2011²⁴, conforme mostram os gráficos 3 e 4, temos uma correlação positiva de 0,32 e 0,33 para mulheres e homens respectivamente, em um universo de 104 países relacionados. Estes dados não permitem uma conclusão de que o IDH aumenta a chance de haver taxas de suicídios maiores, pois existem outros fatores que levam a um aumento da taxa de suicídio, como, por exemplo, a latitude em que os países se encontram, que faz com que tenham mais ou menos incidência de sol o que afeta a saúde mental dos seres humanos e como os países com as melhores classificações no IDH estão por coincidência em latitudes maiores é de se esperar uma correlação maior.

²¹ <http://www.worldvaluessurvey.org/> - Acessado em 27 de outubro de 2013

²² http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide_rates/en/ - Acessado em 27 de outubro de 2013

²³ <http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/data/> - Acessado em 27 de outubro de 2013

²⁴ http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide_rates/en/ - Acessado em 27 de outubro de 2013

Contudo ao juntarmos o fato de que a religiosidade possui um alto coeficiente de correlação negativo em relação ao suicídio e que o IDH apresenta um moderado coeficiente de correlação positivo em relação ao suicídio, a conclusão óbvia é que a religião, mesmo que não seja decisiva como fator garantidor da primeira capacitação listada por Nussbaum é um elemento importante. Isso se deve pelos seguintes fatores que justificam que a religião é importante, conforme Almeida e Neto (2004, p. 9):

- Crenças na vida após a morte e em um Deus amoroso
- Proporcionar objetivos à vida e auto-estima
- Fornecendo modelos de enfrentamento de crises
- Dar significado às dificuldades da vida
- Oferecer uma hierarquia social (que muitas vezes difere da hierarquia socioeconômica da sociedade)
- Desaprovação enfática do suicídio

Estes fatores que a religião propicia são sem dúvida importantes para a manutenção da vontade de viver. Em contrapartida as filosofias estritamente materialistas são deficientes em oferecer fatores que impeçam o suicídio, não sendo, pelo menos aparentemente, uma alternativa eficiente para essa área. Por isso que países onde a religião é menos presente, o índice de suicídio é maior.

Apesar de ser ateu, assim como Bentham, Sen tem uma atitude em relação à religião que nem de perto se compara ao Utilitarismo de Bentham, pois na Abordagem da Capacitação a religião tem um espaço como sendo um funcionamento que o indivíduo possa desejar ter e no Utilitarismo um dos objetivos era a eliminação da religião na sociedade.

O “caminho da razão” que Sen busca para resolver os problemas e divergência nas sociedades foi inspirado pelas políticas de tolerância religiosa promovida pelo imperador Mongol Akbar, da Índia, conforme pode ser visto em Sen (2009, p. 39):

Akbar told his friend and trusted lieutenant, Abul Fazl (a formidable scholar in Sanskrit as well as Arabic and Persian): ‘The pursuit of reason and rejection of traditionalism are so brilliantly patent as to be above the need of argument’. He concluded that the ‘path of reason’ or ‘the rule of the intellect’ (rahi aql) must be the basic determinant of good and just behaviour as well as of an acceptable framework of legal duties and entitlements.

[...]

Akbar was right to point to the indispensability of reason. As will be presently argued, even the importance of emotions can be appreciated within the reach of reason.

Este caminho da razão é que acaba por definir o espaço de atuação da religião na Abordagem da Capacitação. Para Sen, os argumentos religiosos não deveriam ser usados nas discussões para a definição de bem estar da sociedade e do indivíduo. Ao fazer essa limitação nos argumentos religiosos, Sen buscava diminuir os efeitos negativos que alguns grupos religiosos extremistas e fundamentalistas impõem sobre a liberdade dos indivíduos e também nos arranjos sociais, o que contrariaria com os objetivos da Abordagem da Capacitação que é a expansão das liberdades. Outro argumento utilizado para não se utilizar argumentos religiosos nas discussões da Abordagem da Capacitação é que isto se configuraria uma forma de proselitismo, fugindo assim do objetivo do debate e, portanto deveria ser evitado.

De fato existiram e ainda existem seitas e facções de religiões, dos principais grupos religiosos, que são fundamentalistas ou extremistas e que levaram seus fiéis a terem atitudes abomináveis para a humanidade, como fazer atentados terroristas, autoimolação e suicídios em massa. Entre essas seitas e facções temos, por exemplo, o Talibã do Islamismo, a Ordem do Templo Solar e o Templo do Povo do Cristianismo, Davidianos do Protestantismo, Aum Shinrikyo do Zen Budismo, Heaven's Gate, entre outras. Contudo o fato delas existirem não é argumento suficiente para condenar todas as religiões, pois as seitas e facções citadas representam uma parcela pequena do todo.

Os possíveis malefícios que a religião traz para sociedade na verdade não podem ser creditado exclusivamente a elas, pois muitas vezes são causados por indivíduos que distorcem as interpretações dos livros "sagrados" e a usam como instrumento de coesão e pressão social.

Como exemplo de distorções e manipulações podemos dar o caso de grupos terroristas que dizem seguir o Alcorão, livro sagrado do Islamismo, e usam de interpretações distorcidas dele para justificar seus atos e conseguir mais seguidores. Entre essas manipulações de interpretação do Alcorão temos a que se refere ao conceito de "*jihad*" que para os grupos terroristas e extremistas é entendido como sinônimo de guerra santa para eles. Mas nas 41 vezes que a palavra "*jihad*" aparece no Alcorão somente em 12 vezes ela se refere a atos violentos. Em contrapartida a palavra compaixão aparece mais de 330 vezes no Alcorão o que mostra que a

compaixão seria mais importante que o “*jihad*”, mas estes mesmos grupos não pregam a compaixão e nem a regra de ouro que fazem parte do Islamismo.

A religião também é usada como ferramenta para fins políticos, expansionistas e econômicos. O principal argumento contra as religiões é que elas causaram muitas guerras, o que é errado de se afirmar, conforme Cavanaugh (2009, p. 177):

We must conclude that the myth of the wars of religion is finally incredible, which is to say, false. A significant proportion of the violence was between members of the same church, and members of different churches often collaborated (A). It is impossible to separate religious motives from political, economic, and social causes (B and C). And the idea that the advent of the state solved the violence ignores abundant evidence that state building was perhaps the most significant cause of the violence (D). One might perhaps grant that the myth of the wars of religion as commonly told is implausible, but still try to claim that the inseparability of religion and politics was precisely the problem in the early modern period. In other words, the problem with the early modern state was that it was not yet secularized. We have now learned that violence can be tamed by privatizing religion.

As Contribuições das religiões para a humanidade são maiores que os danos que elas causaram e causam. De acordo com Armstrong (2010) as grandes religiões tem em comum a prática da compaixão que é derivada de uma regra de ouro que é compartilhada por todas as religiões “*Não devemos fazer com os outros o que não queremos que façam conosco*”. Esta regra de ouro apareceu pela primeira vez no livro sagrado para o Taoísmo Tao Te King de Lao Tse, mas a mesma regra aparece nos livros “sagrados” dos Judeus, Mulçumanos, Cristãos, Budistas e Hinduístas. Em Armstrong (2001 e 2010) a autora aponta que as religiões podem mostrar que há outra forma de ser humano.

A intolerância religiosa, que é comum em várias sociedades, e gera uma grave restrição à liberdade não tem origem particularmente na religião, mas sim no instinto de grupo que é inerente ao ser humano e que por vezes se expressa na forma de xenofobismo. Muitas religiões pregam na verdade a tolerância religiosa. O Budismo, por exemplo, tem a tolerância a outras religiões como ponto fundamental, pois as diferentes religiões iriam ao encontro das necessidades de cada pessoa, conforme prega o Dalai Lama²⁵.

²⁵ <http://www.dalailama.com/messages/religious-harmony> - Acessado em 20 de novembro de 2013

A Igreja Católica, apesar de seu passado de perseguição a outras religiões, hoje prega a necessidade de diálogo²⁶ entre outras religiões, afirmam que não cristãos podem ir para o Céu após a sua morte, que existem muitos ensinamentos valiosos que podem ser hauridos de outras religiões e que é necessário que haja cooperação entre as religiões para resolver certos problemas sociais.

O Islamismo por sua vez, apesar de atualmente produzir em seus fiéis um clima de tensão e perseguição religiosa em países de maioria muçulmana, foi considerado um exemplo de tolerância religiosa no período da Idade Média tendo como ícone deste comportamento o Saladino cuja sua conduta inspirou os códigos de conduta dos cavaleiros medievais, de acordo com Gibb (1973). O exemplo máximo da tolerância religiosa dos mulçumanos, pós Idade Média foi o imperador MOGOL Akbar, da Índia, em que entre suas políticas de tolerância religiosa teve a criação de “casas da religião” onde emissários de diferentes religiões se encontravam para dialogar sobre Deus, de acordo com Khan (1992) e Ghodratollahi (2007).

No espiritismo, por sua vez temos em suas obras básicas um claro apelo à tolerância religiosa:

De todas as liberdades, a mais inviolável é a de pensar, que abrange a de consciência. Lançar alguém anátema sobre os que não pensam como ele é reclamar para si essa liberdade e negá-la aos outros, é violar o primeiro mandamento de Jesus: a caridade e o amor do próximo. Perseguir os outros, por motivos de suas crenças, é atentar contra o mais sagrado direito que tem todo homem, o de crer no que lhe convém e de adorar a Deus como o entenda. Constrangê-los a atos exteriores semelhantes aos nossos é mostrarmos que damos mais valor à forma do que ao fundo, mais às aparências, do que à convicção. (Kardec, 2002, p. 533)

Logo, apesar de haver alguma pregação em relação as perseguições religiosas isto não deve ser generalizado para todas as religiões e nem ser a explicação exclusiva para os atos de violência, pois muitas vezes é a própria natureza humana de se sentir pertencente a um determinado grupo que causa a perseguição a membros que não se encaixam no grupo. As religiões podem agir como um elemento atenuador desse aspecto da natureza humana ao proporcionar um

²⁶http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html - Acessado em 20 de novembro de 2013

conjunto de valores morais que evitam as perseguições a grupos diferentes seja por causa da etnia ou religião.

Sobre a questão de que aceitar no debate do bem os argumentos religiosos seria permitir o proselitismo, o que podemos dizer é que este argumento é tendencioso, pois o que para um pode ser considerado proselitismo na verdade é a simples expressão de uma crença que a pessoa acredita. Invertendo o sentido do argumento de Sen, religiosos que querem discutir sobre este tema importante podem dizer que é proselitismo das filosofias materialistas como o Utilitarismo, a Justiça como Equidade e a Abordagem da Capacitação usarem seus argumentos e não permitirem que os argumentos transcendentais das religiões sejam utilizados.

A busca da razão ao qual Akbar presava em suas decisões políticas, e que serviu de inspiração para Sen, não cerceava o direito das diferentes religiões opinarem, pelo contrario, Akbar promovia o dialogo entre os ateus e representantes de diferentes religiões para chegarem a um consenso a luz da razão. Se os argumentos e crenças das religiões são falsos ou injustos, cairão por si mesmos ao entrarem em discussão em um ambiente de cooperação e tolerância a luz da razão, mas se forem verdadeiros e justos serão aceitos como tal.

É importante salientar que ao defender um espaço maior para que as religiões possam opinar não significa que todos os tipos de crença sejam igualmente válidos como prega o Relativismo Cultural. Se assim o fosse haveriam muitas contradições, conforme nos alerta Trigg (2012). O que se afirma é que dar a liberdade que as religiões se expressem trata-se de uma questão de respeito à consciência alheia e a liberdade de pensamento.

De acordo com Trigg (2007, p. 234) as religiões devem ter um espaço público para fazer suas reivindicações e caso elas sejam perigosas, empurra-las para ficarem contidas somente na vida privada simplesmente as protege do escrutínio público.

Ao permitir que argumentos religiosos entrem no debate da felicidade, liberdade, ou objetivos da sociedade, abre-se uma brecha para que as crenças, dogmas e ritos das religiões sejam questionados e repensados. Esta brecha daria a possibilidade de evolução do pensamento teológico de uma maneira rápida e que coadune com a Abordagem da Capacitação, caso os argumentos apresentados pela

última sejam bons. Esta evolução pode se contrapor ao fundamentalismo e extremismo religioso que muitas vezes aparece em algumas religiões e acabam causando a piora na qualidade de vida em seus adeptos.

Não permitir argumentos transcendentais religiosos é cercear a liberdade das pessoas, bem como impede o desenvolvimento das capacitações básicas defendidas por Nussbaum, citadas anteriormente. Entre os efeitos da redução do espaço de debate, através da exclusão dos argumentos transcendentais religiosos, é tornar difícil o dialogo entre os diferentes grupos de crenças, seja ele de ateus, agnósticos ou religiosos, atrapalhando o ultimo grupo de contribuir positivamente nas discussões a respeito do desenvolvimento, da liberdade e capacitações que os indivíduos possam ter. Também evita um engajamento maior em sociedades onde a importância da religião para a vida dos indivíduos é mais intensa.

4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS RELIGIÕES

4.1 Índice de Desenvolvimento Humano

As influências de Sen na concepção do desenvolvimento humano ficam claras no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estreou. O IDH é composto por três dimensões que são: padrão de vida, saúde e educação. O cálculo da média dessas dimensões resulta no IDH. Este índice contrapõe-se a taxa de crescimento do PIB, que era principal indicador econômico até então.

A escolha das três dimensões tem a ver com a liberdade para ser saudável, receber instrução que permita expandir as capacitações individuais e ter recursos para desfrutar de um padrão de vida digno, onde, segundo Adam Smith, as pessoas possam aparecer em público sem se sentirem envergonhadas (dimensão do padrão de vida). Ao se utilizar as três dimensões para compor o IDH não se está negando o fato que o desenvolvimento humano é mais complexo e vai além dessas dimensões incluindo, por exemplo: as liberdades políticas, direitos humanos, a equidade entre gêneros, felicidade, justiça, etc. A escolha das dimensões para compor o IDH deve-se ao fato delas serem consideradas fundamentais para as demais dimensões do desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano tem como princípio a liberdade dos indivíduos de escolherem seu destino e sua maneira de viver. Isso vale tanto para a geração atual quanto para as gerações futuras, pois ao não darmos a opção das gerações futuras escolherem seu próprio caminho, ou de terem uma condição de vida no mínimo igual a nossa, estaríamos sendo injustos. Optar por práticas econômicas e produtivas, que sejam sustentáveis e que não exauram os recursos naturais é, para o RDH de 1994, “uma questão de justiça e não uma caridade para as gerações futuras”. Logo o desenvolvimento humano e a sustentabilidade são intimamente relacionados e isso pode ser visto com clareza no trecho abaixo:

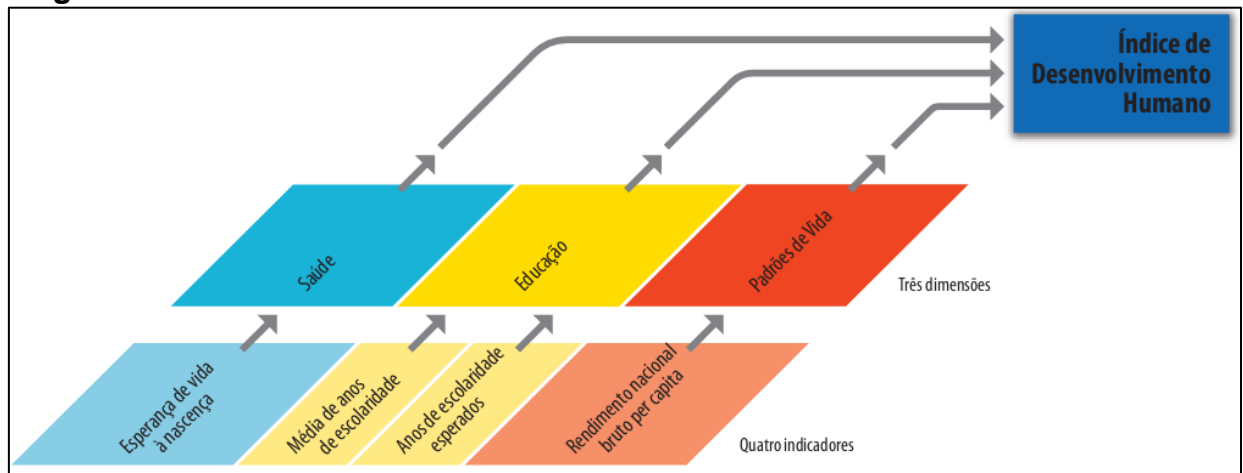
Human development and sustainability are thus essential components of the same ethic of universalism of life claims. There is no tension between the two concepts, for they are a part of the same overall design. In such a conceptual framework, sustainability is, in a very broad sense, a matter of distributional equity – of sharing development opportunities between present and future generations. (UNDP – 1994, p.13)

Com o intuito de mostrar que a religião pode influenciar no desenvolvimento humano, optou-se por criar o Índice de Desenvolvimento Humano das religiões (IDH-R) para o Brasil, mantendo a metodologia básica do IDH original. Com o IDH-R espera-se ser possível comparar o avanço deste Índice nos diferentes segmentos religiosos da população brasileira.

4.2 Metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões

Dentro da última revisão da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano em 2010, ele representa a média geométrica dos indicadores que medem as dimensões do padrão de vida, educação e saúde, conforme figura 1, a seguir. Esses indicadores são normalizados através da diferença entre o valor máximo de uma unidade de referência e mínimo alcançados dividindo o resultado pela diferença entre o maior valor de toda a série e o menor, utilizando assim a técnica conhecida como 'postos móveis'. Como a dimensão da educação é composta por dois componentes, médias de anos de estudo e anos de estudos esperados, então é feito uma média geométrica entre os componentes normalizados para representar o indicador da educação. Para o padrão de vida, é utilizada a variável renda, como proxy, medida através do Renda Nacional Bruta per capita (RNB) em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC), em escala logarítmica natural dos valores mínimos e máximos reais, pois se espera que a função de transformação do rendimento nas capacidades seja côncava, pois há o pressuposto de que a utilidade marginal da renda seja decrescente.

Figura 1: Indicador do framework do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Retirado do Relatório do Desenvolvimento Humano 2010

O IDH das religiões tem o objetivo de analisar se as religiões influenciam ou não no desenvolvimento humano de seus crentes no Brasil. Para isso foram utilizados os microdados dos CENSOS de 2000 e 2010, bem como os dados do IDH dos municípios²⁷ calculado pelo PNUD para o Brasil. A metodologia de cálculo do IDH das religiões é a mesma que a adotada no IDH original descrito acima, contudo algumas alterações referentes aos indicadores utilizados para compor as três dimensões do IDH tiveram de ser feitas para se adequar as informações que os dados disponibilizavam.

Na composição do indicador da dimensão do padrão de vida foi utilizada a Renda Per Capita ao invés da renda nacional bruta per capita. Para o ano de 2000, foram utilizados os microdados do Censo de 2000, para chegar à renda per capita foi necessário somar a variável renda total de cada membro da família (integrante do mesmo domicílio) e dividir o resultado pela quantidade de membros da família que vivem no mesmo domicílio. Já para o ano de 2010, foi utilizada uma variável dos microdados do Censo de 2010 que já disponibilizava a renda per capita sem a necessidade de cálculos esta variável foi obtida da mesma forma que o cálculo utilizado para conseguir os dados do ano de 2000. O menor valor utilizado na normalização do indicador, para 2000 e 2010, foi a Renda Per Capita do município de Novas Colinas/MA que teve o resultado de 33,24²⁸ em 1991. Para o maior valor

²⁷ <http://atlasbrasil.org.br/2013/download/> - Acessado em 24 de agosto de 2013

²⁸ Foi utilizado este valor para evitar que o valor seja zero, na dimensão da riqueza em alguns grupos religiosos, pois isso inviabilizaria o cálculo do IDH. Este valor foi retirado do Índice de

foi utilizado o valor de 2010 do Judaísmo que conseguiu uma renda per capita média de R\$ 4.054,45.

Para a composição do indicador da dimensão da educação foi utilizado dois indicadores, a Média de Anos de Escolaridade e o Percentual da Meta de Anos de Escolaridade. Estes indicadores foram normalizados, seguindo a metodologia do IDH original, já descrita, e após foi feito a média geométrica deles para formar o indicador final da dimensão da educação. Para o cálculo da média geométrica o indicador Percentual da Meta de Anos de Escolaridade, teve um o dobro de peso que a Média de Anos de Escolaridade, esta medida foi tomada com o intuito de priorizar o estímulo a estudar e a não ficar atrasado em sua escolaridade. Cabe ressalva que a metodologia de aumentar o peso de um dos componentes que compõe o indicador da saúde também foi utilizada pelo PNUD na formação do IDH para municípios.

Outro ponto importante para a construção deste indicador foi a exclusão dos indivíduos com menos de sete anos do cálculo, para evitar que religiões que tenham uma população mais jovem sejam prejudicadas na hora do cálculo do indicador referente a dimensão da educação. Também existe o fato que abaixo de sete anos, atualmente não é normal que elas tenham um ano de escolaridade completa, já que no ensino fundamental de 9 anos as crianças entram, geralmente, no primeiro ano com 6 anos.

Por fim o menor valor usado para compor o cálculo da normalização dos dois indicadores de educação foi o zero, pois as pessoas podem viver em princípio sem uma educação formal. Como valor máximo da Média de Anos de Escolaridade e da Média do Percentual da Meta de Anos de Escolaridade foram utilizados os valores de 2010, a maior média de Anos de Escolaridade foi a dos Hinduístas que alcançaram a média de 12,13 anos e para o Percentual da Meta de Anos de Escolaridade o Judaísmo teve o melhor desempenho com 103,70%.

Para o indicador da Média de Anos de Escolaridade foram utilizados os microdados dos Censos de 2000 e 2010. No Censo de 2000 esse indicador era uma das variáveis disponíveis nos microdados, já no Censo de 2010 foi necessário criar esta variável a partir das seguintes variáveis: curso que frequenta (V0629), série/ano

que frequenta (V0630), série que frequenta (V0631), curso mais elevado que frequentou (V0633) e conclusão deste curso (V0634). Foi atribuído no mínimo um ano de escolaridade para aqueles indivíduos que sabiam ler e escrever, para diferenciar e privilegia-los em relação aos analfabetos, quando ambos possuísem zero de ano de escolaridade.

Quanto ao indicador Percentual Alcançado da Meta de Anos de Escolaridade, ele é calculado através da divisão dos anos de escolaridade da pessoa pela meta de anos de escolaridade de acordo com sua idade, descrita na Tabela 2, no apêndice. A escolha como anos de escolaridade máximo esperado de 12,6 anos deve-se ao fato de ser média de anos de estudo da Noruega, país que ocupa o 1º lugar no ranking do IDH de 2011. Este indicador visa substituir o indicador original do IDH Anos de Escolaridade Esperados, pois com os dados disponíveis não era possível chegar até a ele. Optou-se por esse indicador de educação para não penalizar as religiões onde se concentra o público mais jovem e que por isso teriam uma média de anos de estudo menor, além de agregar uma ideia de fluxo da educação e não só de estoque, dado pela média de anos de escolaridade.

Por último, o indicador da dimensão da saúde, gerado a partir do indicador de Esperança de Vida ao nascer, foi obtido pelos dados do IDH municipal, criado pelo PNUD. Esta variável foi atribuída a cada indivíduo de acordo com o município em que reside. A decisão de utilizar os dados do IDH municipal ao invés dos microdados do Censo deve-se ao fato de que as variáveis disponibilizadas nos microdados não tinham a informação necessária para formar esse indicador a partir dele. O menor valor utilizado na normalização do indicador, para os anos de 2000 e 2010, foi a Esperança média de vida ao nascer do município de São José da Tapera/AL que teve o resultado de 50,97 anos em 1991. Para o maior valor, foi utilizado o valor de Brusque/SC e Blumenau/SC que conseguiram o valor de 78,64 anos de expectativa de vida ao nascer em 2010.

A divisão das religiões seguiu os critérios estabelecidos pelo IBGE nos CENSOS de 2000 e 2010. Para evitar excesso de religiões a denominação religiosa foi agregada em grupo religioso e os grupos religiosos foram agregados de acordo com a afinidade de crenças que possuem. Para a formação do IDH das religiões foi utilizado os dados médios dos grupos religiosos e não da denominação religiosa, pois algumas denominações religiosas possuíam menos de 50 integrantes, o que

levaria a problemas metodológicos ao se comparar grupos grandes com alguns milhões de fiéis. Os detalhes da classificação das religiões podem ser visualizados na Tabela 1, no apêndice.

Um ponto importante a ser esclarecido é que os dados obtidos foram ponderados pelos pesos estimados calculados pelo IBGE e disponibilizado em seus microdados. Para conhecimento segue abaixo a forma adotado para calcular os pesos:

O método utilizado para obtenção dos pesos foi um processo de calibração em relação a um conjunto de variáveis auxiliares (restrições) para as quais se conhecem os totais populacionais, já que tais variáveis auxiliares foram levantadas pelo questionário básico. A calibração buscou ajustar os pesos iniciais (inverso da fração amostral de domicílios) de maneira que, dentro de uma determinada área geográfica, denominada área de ponderação, ao se aplicar os pesos calibrados às variáveis auxiliares fossem obtidos os totais já conhecidos para todas as unidades da população que constituem o universo da pesquisa. [...]

O cálculo dos pesos calibrados foi baseado no método dos Mínimos Quadrados Generalizados - MQG, porém com a imposição de limites nos pesos finais para evitar pesos muito pequenos ou muito grandes. Os limites utilizados foram 1, de maneira que um domicílio representasse pelo menos o próprio, e 25 ou 50, de acordo com a fração amostral correspondente à área de ponderação em questão.[...]

O produto final da aplicação dessa metodologia é um peso ajustado para cada unidade domiciliar da amostra, ou seja, cada um dos questionários da amostra, que é repetido nos registros de cada pessoa moradora na unidade domiciliar.

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002 e 2012 p. 11)

4.3 Resultados do Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões

Os resultados obtidos com o cálculo do IDH das religiões podem ser vistos na tabela 3, no apêndice. A análise desses dados mostrou que no decorrer de 10 anos todos os grupos religiosos apresentaram variações positivas em seu IDH. O fato de alguns grupos religiosos apresentarem variação negativa em alguma dimensão do IDH pode ser explicado pela modificação que ocorreu no contingente de indivíduos pertencentes aos grupos religiosos. A movimentação de fiéis entre os grupos religiosos é um fato bem visível de se notar pelos dados. Enquanto a Igreja Católica vem mantendo a sua tendência de declínio do número de fiéis, as Igrejas

Evangélicas Pentecostais estão conseguindo ocupar o espaço, a julgar pelo número de fiéis, deixado pela Igreja Católica.

Essa mudança do contingente das populações dificulta a análise, pois não se pode dizer que o grupo analisado no ano de 2000 tenha mantido suas características em relação ao mesmo contingente de 2010, pois em muitos casos os valores referentes à quantidade de adeptos dobraram ou triplicaram, em termos percentuais, de um período para o outro. O atrito estatístico, ou a saída e entrada de pessoas nos grupos religiões, e o fato de manter o anonimato da pesquisa, inviabilizam estudos mais aprofundados dos impactos da religião no Desenvolvimento Humano medido pelo IDH-R.

Ao analisarmos as dimensões que compõe o IDH-R percebemos que existem algumas diferenças entre os grupos de crença. Quanto às diferenças no nível de renda temos que entre os dez grupos religiosos com menor nível de renda nove são ligados ao grupo de crença Igreja Evangélica de Origem Pentecostal ou Neopentecostal. Já quanto ao nível de educação, feita a mesma comparação, esse número cai para sete grupos religiosos pertencentes ao grupo de crença Igreja Evangélica de Origem Pentecostal ou Neopentecostal. Quanto à dimensão da saúde, esta parece não ser afetada pelo grupo de crença, pois não se encontra uma dominância entre determinado grupo ou outro.

Em contrapartida ao analisarmos os dez grupos religiosos que possuem melhor desempenho nas diferentes dimensões do IDH-R, encontramos na dimensão da educação que os grupos religiosos ligados ao grupo de crença reencarnacionista possuem seis representantes nesta lista. Os grupos religiosos que aparecem com os melhores desempenho na dimensão da educação, são os mesmos que aparecem na dimensão da renda. A dimensão saúde não apresenta nenhuma relação quanto ao grupo de crença.

No Brasil, onde as políticas não privilegiam qualquer tipo de grupo religioso, esperava-se que as variações no IDH-R entre os períodos de 2000 e 2010 seguissem uma mesma tendência para todos os grupos religiosos. Contudo não é isso que as variações mostram, os grupos religiosos apresentam variações significativamente diferentes, o que mostra capacidades diferentes de transformar as melhoras que a sociedade brasileira que promovem o desenvolvimento humano (saúde, educação e renda).

Através da análise dos resultados dos Grupos de Crença, que reuni as religiões de acordo com a afinidade de crença, percebemos que o grupo das pessoas que se declararam “Sem religião” ou “Indefinido/Não sabe” tiveram as maiores variações positivas do IDH-R, seguidos de perto pelos “Evangélicos de Origem Pentecostal”. Outro ponto interessante é que apesar da variação ter sido negativa no grupo de crença “Outros”, o IDH deste grupo é o mais elevado em comparação com os demais, conforme pode ser visto na tabela 3, no apêndice. O indicador é puxado pelo desempenho do Judaísmo²⁹ que possuem a maior quantidade de indivíduos em seu grupo e o maior IDH-R. O bom desempenho do grupo “Outros” no IDH-R é seguido pelo grupo de crença “Reencarnacionistas”.

Uma questão a ser ponderada é o fato que grupos religiosos com alto desenvolvimento humano possuem uma variação positiva menor do IDH-R, pois para cada ponto percentual ganho em seu IDH-R exige mais esforço se comparado para aqueles grupos que estão em um nível de desenvolvimento inferior.

O fato de haverem religiões com o IDH-R alto e outras com o índice baixo podem ter diversas explicações, como as questões regionais que possam vir a dificultar ganhos mais expressivos no desenvolvimento humano, dado que é normal haver concentração de determinado segmento religioso de acordo com a região devido as influencias atávicas. Também podemos considerar a influência que a religião pode ter na concepção de ideal de vida que os indivíduos almejam, esses ideais diferentes vão levar conseqüentemente a diferentes níveis de IDH-R.

Entre as características em que as religiões podem afetar o desenvolvimento esta o fato de elas influenciarem fortemente no padrão de conduta dos indivíduos, dando-lhes um conjunto moral de valores e práticas a ser seguido. A religião também influencia nos objetivos de vida que o indivíduo traça para si, devido à moralidade que compartilham, mas também devido às crenças que pregam e a concepção de mundo e o futuro que teriam depois da morte. Outro ponto de

²⁹ O Judaísmo é dividido em diversos subgrupos com dogmas e crenças distintas, entre esses subgrupos boa parte acreditam que a ressurreição que tratam na Tora é na verdade uma referência a reencarnação, além de aceitarem a Cabala como livro sagrado, livro este que explica a reencarnação. Como a descrição usada nos microdados do Censo não permitia distinguir se o indivíduo pertencia a que subgrupo do Judaísmo, optou-se por não deixar o Judaísmo entre o grupo de crença “Reencarnacionistas” para evitar possível superestimação dos valores do IDH neste grupo de crença.

influência é a maneira que os ensinamentos religiosos interpretam a pobreza quem seria o responsável por ela e quem deveria buscar reverter à situação de pobreza.

Em Galston (2010) temos as comparações de diversas religiões e seus objetivos, suas definições de pobreza e sofrimento. Entre essas diferenças podemos citar o caso dos objetivos dos hinduístas e o dos cristãos, que enquanto o primeiro visa acumular o seu dharma (ações positivas) o cristão foca em conseguir ir para o reino dos céus. Também podemos ver a questão da responsabilidade de reversão da pobreza, ao compararmos cristãos e judeus, os primeiros veem a caridade como sendo universal e tendo de ser estendida igualmente a todos, os judeus por sua vez entendem que eles devem primeiro se preocupar com os pobres que vivem em sua comunidades e somente quando a situação deles tiver sido remediada é que eles devem ajudar os demais.

Outro ponto a se destacar é a diferenciação entre Ateu e Agnóstico, que só foi realizada a partir do Censo de 2010, portanto não é possível uma comparação temporal entre eles. Ao analisarmos os valores referentes a 2010, conforme tabela 4 abaixo, percebemos que aqueles que se dizem agnósticos possuem um IDH aproximadamente 150% maior que aqueles que se dizem Ateus. Essa comparação é interessante, pois era a maneira como Bentham e Mill pensavam o primeiro era Ateu e o segundo transparecia em seus escritos o pensamento Agnóstico. Pela dimensão da educação temos a principal diferença entre esses dois grupos tendo os agnósticos um valor significativamente maior que os Ateus nesta dimensão.

Tabela 4 – IDH-R de Agnósticos, Ateus e Sem religião

Denominação	População	Educação	Renda	Saúde	IDH-R 2010
Agnóstico	124.435,78	0,885	0,926	0,893	0,901
Ateu	615.095,65	0,672	0,808	0,883	0,783
Sem religião	14.595.978,73	0,530	0,633	0,848	0,658

Fonte: Criado a partir dos microdados do Censo de 2000 e 2010 do IBGE e do IDH-M criado pelo PNUD.

Todas as religiões de origem africana ficaram agregadas junto ao grupo de crença Reencarnacionistas. Essas religiões embora não atinjam o mesmo patamar do IDH-R que as demais religiões que compõe o seu grupo de crença conseguem se

manter em um nível superior cerca de 100 pontos percentuais acima que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Essa ressalva é importante, pois a IURD é o principal grupo religioso a fazer oposição e lançar anátemas as religiões de origem africana, conforme pode ser visto em Macedo (1987), Edir Macedo criador da IURD, afirma que os praticantes das religiões africanas possuem pacto com o diabo e é dever do fiel de sua igreja combatê-los.

A partir dos dados não é possível criar uma relação causal direta entre religião e o Desenvolvimento Humano. No entanto, podemos conjecturar que ela pode o afetar tanto positivamente quanto negativamente de acordo com algumas características chave. Essa afirmação tem algum respaldo ao repararmos a grande variação entre os valores obtidos no IDH-R para as diferentes religiões nos anos de 2000 e 2010, pois enquanto alguns grupos religiosos apresentam valores abaixo de 0.5, outros apresentam valores entre 0.8 e 0.9, conforme pode ser visto na tabela 3, no apêndice.

Por fim o IDH-R presta-se como uma importante ferramenta de comparação entre as religiões podendo servir como instrumento para desenvolver uma competição saudável entre as diferentes as religiões para saber que tem o melhor indicador ou que aumenta mais o seu IDH-R, estimulando assim que as religiões ajudem ou influenciem mais na formação do desenvolvimento humano de seus fiéis. Esse horizonte de comparação entre as religiões permitirá que elas prestem um melhor trabalho para seus adeptos, haja visto que muitos grupos religiosos pregam a teologia da prosperidade, ou seja que em sua religião eles terão a prosperidade material, mas a luz do IDH-R elas podem não estar sendo capaz de cumprir com o que prometem. Sendo assim o IDH-R um importante subsídio para discussões a respeito da religião.

4.3.1 Economia e a Religião

A influência que a religião teria no IDH, seja positivamente quanto negativamente, se daria principalmente pela formação de Capital Social que a religião permite, nas crenças e dogmas que afetariam suas escolhas racionais e no

desenvolvimento de habilidades não cognitivas ligadas a motivação, conforme Heckman (1999, 2007a e 2007b) e Cunha e Heckman (2009 e 2010).

Para a economia, as religiões são Instituições Informais que afetam economicamente seus adeptos através de suas crenças, hábitos e valores morais que estão *embedded* e, portanto moldam o modo de agir de seus adeptos. Para NORTH (1991) as instituições são constrangimentos à ação humana através de regras formais e informais, elas estruturam as interações sociais, políticas e econômicas. Nesta definição as religiões são consideradas instituições informais e trazem consigo um conjunto de Valores Morais, Hábitos e Crenças que são legitimados por seus mitos e simbologias. Em WILLIAMSON (2000) a divisão da análise social é dividida em 4 níveis, sendo que no primeiro nível se encontra a religião:

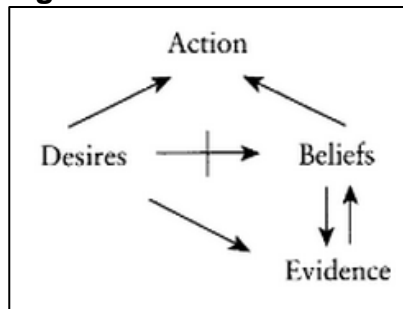
The top level is the social embeddedness level. This is where the norms, customs, mores, traditions, etc. are located. Religion plays a large role at this level. [...] Level 1 is taken as given by most institutional economists. Institution at this level change very slowly—on the order of centuries or millennia (WILLIAMSON, 2000, p. 596).

Esta influência se dá pelas restrições e direcionamento ao comportamento humano que as religiões exercem através de crenças, sanções, promessas e aconselhamentos criando um conjunto de práticas e valores morais. Exemplos característicos são as restrições ou aconselhamentos que algumas religiões dão para que a mulher não trabalhe fora de casa, para que as mulheres se submetam aos seus maridos (Efésios 5,24), para as pessoas não roubarem não mentirem e respeitarem o próximo, incluindo de forma implícita a prioridade aos cultos e atos de fé, em detrimento ao estudo ou saber formal o desincentivo ao estudo em a priorização do culto e dos atos de fé, etc.

A religião também afeta, através de suas crenças, a maneira como é feita a escolha racional, conforme explicado por Elster (1990). De acordo com o autor a teoria da escolha racional nos diz o que devemos fazer na ordem para alcançar nossos objetivos. O centro da explicação é a ação que deve ser a melhor maneira de satisfazer o desejo dado às crenças (*beliefs*). As crenças devem ser otimamente relacionadas com as evidências racionais para se tenha uma ação racional ótima.

Não discutiremos aqui se as crenças são baseadas em evidências corretas, nem quais crenças trazem os melhores retornos financeiros, mas partiremos da conclusão lógica de que diferentes crenças levarão a diferentes ações para a resolução de um problema, que na visão deste estudo é o aumento do desenvolvimento humano.

Figura 2 – Influência da Crença na ação racional



Fonte: Elster, John. (1990).

Uma religião pode dizer que o caminho para sair da “pobreza” é através da fé, expressa por orações e de doações financeiras, pois aquele dinheiro não o pertence, mas sim a Deus. Outra religião pode dizer que pobreza é coisa do demônio³⁰ que quer o sofrimento das pessoas e, portanto para sair da pobreza é necessário afastá-lo através de sessões de descarrego, etc. Outra ainda pode dizer que um dos caminhos para sair da pobreza é passar pelo batismo e aceitar a sua religião, pois assim você ficará rico de espírito e esta situação transbordará para sua vida material. Uma seguinte pode dizer que é mais difícil um rico entrar no Reino do Céu que um pobre e, portanto não almejar sair de uma situação de pobreza, mas sim suportá-la. Uma última pode dizer que para sair da pobreza é necessário fazer a reforma íntima (mudar atitudes e valores perniciosos que os levam para um tipo de vida não desejado), sendo a pobreza uma situação transitória em que se pode lutar para sair dessa condição de sofrimento. Cada uma dessas crenças levará seus crentes a terem ações diferentes, a primeira religião fara que seu crente reze e faça doações financeiras para sair da pobreza, o segundo ficará indo a sessões de descarrego até conseguir sair da pobreza, a terceiro buscará ser batizado, o quarto

³⁰ Conforme ouvi ao visitar igrejas evangélicas e também como pode ser visto em Oro, Ari Pedro (2005) e Macedo, Edir. (1987) e muitos vídeos disponíveis na internet.

suportará a pobreza e o quinto buscará mudar sua maneira de agir e seus valores para sair da pobreza.

Essa relação pode ficar clara ao vermos o exemplo dos espíritas em que entre os seus principais ensinamentos está um que trata sobre o progresso intelectual: *“Há duas espécies de progresso, que uma a outra se prestam mútuo apoio, mas que, no entanto, não marcham lado a lado: o progresso intelectual e o progresso moral”* (Kardec, 2004, p.448). Esses ensinamentos levam obviamente ao espírita buscar mais constantemente o conhecimento e assim desenvolver a educação, o que impactaria positivamente no IDH, como pode ser visto na tabela 3, no apêndice, que mostra o indicador da Dimensão da Educação que compõe o IDH-R, lá se percebe a forte relação entre o estudo e o espiritismo, pois a religião está entre as cinco com maior nota na dimensão da educação.

A afirmação que a religião define a crença merece a ressalva que no Brasil, devido ao alto sincretismo, muitas pessoas acabam frequentando mais de uma religião e possuem crenças diferentes da religião a que se autodenomina como é o caso de católicos que acreditam em reencarnação. Outro ponto importante é que mesmo em países com regimes teocráticos a religião dominante não consegue fazer com que todos os seus adeptos e frequentadores tenham uma crença padronizada com a mesma interpretação para os ensinamentos de seus livros “sagrados”, sermões e palestras e se agem de acordo com a sua crença, este controle é ainda mais difícil no Brasil devido ao fato de ser um estado laico e haver um significativo sincretismo religioso. Contudo na média há uma convergência na maneira de agir das pessoas de uma mesma religião.

Outra forma que as instituições religiosas afetam economicamente os seus adeptos é através do Capital Social desenvolvido nestes grupos. De acordo com PUTNAM (2000), Capital Social refere-se ao valor coletivo de todas as redes sociais e as inclinações que surgem a partir dessas redes que facilitam a cooperação e interações de apoio mútuo entre as pessoas da mesma comunidade, existindo dois tipos de Capital Social o *“Bonding”* e o *“Bridging”*. O Capital Social tipo *“Bonding”* une as pessoas em um mesmo grupo possibilitando desenvolver associações, solidariedade, confiança e tolerância entre seus membros e inibindo o comportamento *“free-rider”* e superando o dilema do prisioneiro através da cooperação. O do tipo *“Bridging”* liga pessoas de diferentes classes sociais,

desenvolvendo uma interação e gerando a possibilidade que pessoas de classes sociais inferiores acabem recebendo futuras oportunidades, benefícios ou conselhos, que melhorem seu padrão de vida, de pessoas que sejam de uma classe social diferente, mas estejam em sua rede social.

Na religião a formação de Capital Social tipo *Bonding* se forma a partir do sentimento de pertencimento do mesmo grupo, onde os adeptos possuem o mesmos valores morais, vestem-se de maneira semelhante, possuem a mesma simbologia, linguagem e frequentam o mesmo ambiente, quanto maior a interação entre os adeptos da mesma religião maior o desenvolvimento do primeiro tipo de Capital Social. Este terá mais probabilidade de ser de boa qualidade em instituições mais democráticas, ao reduzir a possibilidade de atos extremistas e segregacionistas, pois facilita que estes atos sejam questionados, já que todos tem o mesmo poder de decisão. Para a formação do Capital Social tipo *“Bridging”* é necessário que haja a interação dos adeptos em diferentes atividades, como trabalhos assistências, coral, grupos de estudos, teatro, entre outros, esta interação deve ocorrer de uma forma que não privilegie os membros de uma classe econômica mais abastada.

A produção de Capital Social por parte dos grupos religiosos é reconhecida pelo Banco Mundial conforme pode ser visto no WDR (2003, p. 38), onde um dos temas principais era a melhoria das instituições locais e globais, para promover o crescimento de forma a proteger os ativos ambientais e sociais. No WDR (2004), o Banco Mundial volta a destacar os grupos religiosos como tendo um importante papel no desenvolvimento humano ao promoverem serviços para pobres a um baixo custo e com alta qualidade, devido às instituições religiosas focarem suas ações para a caridade e não para o lucro. Também podemos concluir a partir do WDR (2004), que os problemas entre agente e cliente que acabam por tornar os serviços para pobres de baixa qualidade, podem ser contornados com a atuação dos grupos religiosos que promoveriam uma coalizão e inclusão dos clientes dando poder a eles, bem como dando voz aos anseios dos indivíduos que pertencem aos grupos religiosos influenciando assim os políticos.

Por fim a religião também afeta o desenvolvimento humano ao permitir, geralmente, um bom desenvolvimento das habilidades não cognitivas nas crianças e nos jovens e assim afetar positivamente a educação e a empregabilidade dos

indivíduos. Heckman (1999, 2007a e 2007b) e Cunha e Heckman (2009 e 2010) é o principal economista a escrever sobre este tema. Para o autor uma boa educação deve promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não cognitivas nos períodos certos da infância, adolescência e juventude para aproveitar ao máximo.

Por habilidades cognitivas entende-se como sendo nível de QI, a facilidade de encontrar padrões, a rapidez de raciocínio, e a boa comunicação expressa na facilidade com a linguagem de seu país de origem. As habilidades não-cognitivas seriam a determinação, autoestima, autocontrole, disciplina, altruísmo, alteridade, empatia, motivação, entre outros valores. Além do desenvolvimento das habilidades cognitivas é necessário o desenvolvimento das habilidades não-cognitivas e que estas possuem papel importante na formação do Capital Humano, bem como são muito desejadas no mercado de trabalho.

Diferentemente das habilidades cognitivas, as não-cognitivas possuem uma maior flexibilidade no tempo, onde na adolescências essas habilidades ainda podem ser desenvolvidas. Sendo assim as lacunas que por ventura a criança possa desenvolver em relação aos seus demais colegas neste tipo de habilidade podem ser minimizados ou até superados. Estudos mostram que pessoas que não desenvolvem estes tipos de habilidades tendem no longo prazo a ter problemas socioeconômicos, pois estas habilidades são desejadas no mercado de trabalho.

A falta de espaços adequados para socialização das crianças, o mau exemplo dos pais e demais adultos, a influencia negativa da mídia que explora a violência e da maus exemplos de comportamento e o ambiente competitivo das escolas acaba por limitar o bom desenvolvimento das habilidades não-cognitivas. Outro fator que propícia o mau desenvolvimento desta habilidade é a falta de valores e bons exemplo que acabam deixando a criança sem um norte a seguir. Neste sentido as entidades religiosas acabam amenizando parte desta lacuna deixada pela família e pelo setor público,

O mau desenvolvimento das habilidades cognitivas esta obviamente ligado a características genéticas, a falta de oportunidade de desenvolvimento, a desnutrição ou má nutrição que impedem o bom desenvolvimento do cérebro. Contudo as experiências desagradáveis na infância, como brigas na família, separação dos pais, discriminação, abusos sexuais, violência física e psicológica e uma criação omissa

e permissiva dos pais, também são fatores que dificultam o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas

Contudo o background familiar não é o único influenciador no desenvolvimento das habilidades na infância, pois o bem-estar da criança é em última análise o elemento principal para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não-cognitivas, pois crianças desmotivadas, com poucos amigos, com modelos de vida errado, sem acesso a ambientes de lazer adequados para a socialização, entre outros, acabam tendo um menor desenvolvimento de ambas habilidades.

Layard e Dunn (2009), ao estudarem o bem estar infantil, revelaram 7 dimensões importantes a serem tratadas para que as crianças e os jovens possam ter uma boa infância e conseqüentemente o desenvolvimento pleno de suas habilidades cognitivas e não cognitivas. Estas dimensões são a família, os amigos, o estilo de vida, os valores, a educação escolar, a saúde mental e as desigualdades. Sendo que cada uma versa sobre um aspecto da vida da criança e do adolescente. O trabalho embora tenha sido feito a partir de pesquisas com crianças da Grã-Bretanha suas conclusões podem ser consideradas universais para o entendimento da felicidade infantil, como afirmam os autores.

A dimensão dos valores influencia na formação das habilidades não-cognitivas da criança e esta intimamente relacionada com a religião. Essa relação dos valores com a religião se deve pelo desenvolvimento vocabulário moral comum entre pais e filhos oriundo das crenças e normas religiosas. A religião também fornece exemplos de conduta correta para a vida, o que gera uma forte simbologia na mente da criança fazendo-a levar o aprendizado consigo. Também é necessário desenvolver na criança o seu lado espiritual, para que ela possa ter sentimentos de pertencimento a algo maior, bem como conseguir alcançar paz interior, conforme Layard e Dunn (2009 p. 83 e 84):

If good human relationships are central to our values, they are not the end of the story. Human beings have always sought something more than that – a spiritual dimension which lights up their inner life. (...) People have an instinct for wonder, and two source of wonder have always elevated the human spirit.

One is the feeling of belonging to something bigger than oneself – something that gives meaning to one's own small existence. Religious people experience this.

A ideia de que a religião possa influenciar na sociedade, não é nova, em Weber (1905), o autor descreve como o protestantismo contribuiu para formar a racionalidade capitalista que conhecemos hoje. Contudo o próprio autor faz uma ressalva no final do seu livro em que assim como a religião influenciou na formação do capitalismo, o capitalismo influenciou a religião na maneira de pensar. Esta reflexão nos leva a considerar na possibilidade de que o desenvolvimento humano, a condição de pobreza e o nível de educação, possam influenciar o indivíduo na escolha de sua religião.

5 CONCLUSÃO

Ao analisarmos a Utilitarismo, vemos que a exclusão da religião no debate econômico deve-se sobretudo ao sentimento de antipatia que Bentham nutria pelas religiões, esta antipatia era oriunda dos efeitos nocivos que a igreja tinha na população da época. Analisar e criticar somente uma, ou algumas religiões e ver os efeitos nocivos que ela possa ter na população em um determinado período de tempo, não é argumento suficientemente forte para afirmar que os problemas da sociedade são oriundos em grande medida da religião, conforme prega Bentham.

As contribuições que as religiões trouxeram para a humanidade, de longe superam os malefícios que porventura elas tenham causado. Entre os benefícios que ela trouxe temos o compartilhamento de um senso moral comum na sociedade, a formação de capital social, o controle dos impulsos destrutivos do ser humano ao impor filosofias pacíficas de vida, dar um significado para a vida e o incentivo de práticas morais que são boas a sociedade como a caridade, a humildade, o perdão, o desapego, a modéstia, a paciência.

Os possíveis malefícios que a religião traz para sociedade na verdade não podem ser creditado exclusivamente a elas, pois muitas vezes são causados por indivíduos que distorcem as interpretações dos livros “sagrados” e a usam como instrumento de coesão e pressão social. Sendo a religião usada como ferramenta para fins políticos, expansionistas e econômicos. O principal argumento contra as religiões é que elas causaram muitas guerras, o que é errado de se afirmar conforme Cavanaugh (2009).

O pensamento Utilitarista, apesar de criticar tão duramente a religião, no fundo se parece muito com ela. Seu criador Jeremy Bentham afirmava que para salvar a sociedade era necessário pegar o seu livro e segui-lo, como pode ser visto em Crimmins (1986), assim como dizem muitos pastores e padres. Ele afirmava que o Utilitarismo era a verdade suprema, assim como diversas religiões o fazem. O Utilitarismo também possuía um código moral normativo e uma ideia de bem geral para a sociedade. Bentham inclusive imaginou como deveria ser o enterro das pessoas e que deveríamos cultuar as figuras daqueles que contribuíram para a

sociedade. Ao negar tão enfaticamente a religião o Utilitarismo de Bentham acabou se tornando próximo a ela.

Outro ponto a se destacar é que algumas crenças religiosas são uma possível explicação para alguns eventos de nossa vida e podem estar certas. Ao rejeitar tão enfaticamente a religião, o Utilitarismo não avalia essas crenças e pode ter desenvolvido sua teoria a partir de pressupostos que podem ser falsos levando os seus seguidores a conclusões equivocadas. Esta reflexão pode ser melhor entendida se analisarmos a crença na existência do espírito, que é um dogma nas religiões em geral, em contrapartida, no Utilitarismo essa crença não existe, pois não estaria coaduna com o pensamento científico (da época). Contudo, atualmente estudos científicos vêm produzindo evidências de que a consciência do ser humano pode vir a residir fora de seu corpo, conforme descrito por Van Lommel (2001), o que coaduna com a crença na existência do espírito.

Ao reduzir análise para argumentos estritamente materialistas, o Utilitarismo acaba por comprometer a maximização do bem estar ao reduzir o espaço informacional em que ela trabalha. Pois conforme Broom (2003) e Trigg (2012) a religiosidade faz parte da natureza humana e negar a natureza humana reduz o bem estar dos indivíduos. Ao excluirmos a religião das discussões econômicas acabamos por restringir possibilidades de ideias e cercear a liberdade de argumentação das demais pessoas, além de reduzir os fatores que influenciam o comportamento do ser humano o que compromete a análise dos fenômenos econômicos. A própria questão da maximização do bem-estar, ao se reduzir a dimensão da religião acaba por trazer respostas que possivelmente trazem uma menor soma de bem-estar que outras que incluam essa dimensão, pois o ser humano tem em seu padrão psicológico conceitos religiosos comuns Trigg (2012).

O que podemos concluir desse estudo é que a exclusão da religião e dos argumentos religiosos nas discussões de o que é bom para a sociedade e para o indivíduo, que foram feitas pela economia durante o século XIX e metade do século XX se devem em sobremaneira a influência que o Utilitarismo trouxe para a economia e pela vontade dos economistas de tornar a economia uma ciência mais pura. Quanto ao Utilitarismo o seu criador, Jeremy Bentham era notadamente avesso às religiões e levou essa aversão para a sua teoria tornando-a viesada. Já o ímpeto dos economistas por uma economia mais científicista acabou por restringir o

campo de análise dos fenômenos econômicos e do que seria melhor para a sociedade.

Ao analisarmos a Justiça como Equidade de John Rawls, percebemos que esta teoria de justiça também nega a participação dos argumentos religiosos na concepção de sua teoria. As principais críticas que podemos fazer a essa posição vem do fato que Rawls, traz para a sua teoria pressupostos que são dogmas característicos da religião que professava antes de formular a Justiça como Equidade. Ao fazer isso, mesmo de maneira inconsciente, ele acaba por privilegiar determinada religião em detrimento de outras e desengaja boa parcela da sociedade que não concorda com seus pressupostos.

Os pressupostos, que são oriundos de uma educação cristã, ao serem incluídos na Justiça como Equidade rompem com as regras da posição original, pois estaríamos sob o véu da ignorância e portanto não saberíamos inclusive qual a religião que professamos e logo não poderíamos nos posicionar se por exemplo a reencarnação é um fato ou não. Contudo em sua teoria ao discutir a questão da justiça intergeracional e a questão da “loteria da natureza” o autor deixa claro sua negação a reencarnação ao nem conjectura-la como uma possível explicação. Não permitir que argumentos religiosos entrem na discussão da posição original, faz com que algumas crenças religiosas e materialistas sejam privilegiadas na discussão em detrimento a outras que não tem suas crenças aceitas nessa teoria, pois algumas crenças entram como pressupostos em sua teoria.

A Abordagem da Capacitação de Amartya Sen, ao contrário do Utilitarismo e da teoria Neoclássica não busca retirar da religião de seus estudos, ao contrário da um espaço a ela como uma *functioning* que os indivíduos podem querer vir a exercer. Como a teoria seniana prioriza a liberdade à religião estaria protegida de perseguições de acordo com essa ótica.

Um ponto importante para a religião na Abordagem da Capacitação é o quanto ela é importante para as capacitações básicas listadas por Nussbaum. Onde ela tem influência em 5 das 10 capacitações básicas listadas. Entre as capacitações básicas, a mais importante (por motivos óbvios) é a primeira que esta relacionada à vida e a viver ela até o fim. Nesse sentido o suicídio seria uma privação desta capacitação. E ao relacionarmos a religião com o suicídio, vemos como ela é um importante fator para evitar o suicídio, pois propicia elementos como significado para

a vida, desaprovação ao ato de suicídio, crença de vida após a morte, vontade de viver, etc. Em contrapartida as filosofias estritamente materialistas são deficientes em oferecer fatores que impeçam o suicídio, não sendo assim uma alternativa eficiente para o assunto.

A Abordagem da Capacitação, apesar de dar espaço em sua teoria para as religiões deveria prestar mais atenção para elas, pois ela presta um importante papel nas capacitações básicas, dando destaque para a prevenção ao suicídio. Diferentes capacitações têm a ver com o valor que se dá à vida e que tipo de vida se quer viver, o que está relacionado diretamente com a religião. Contudo esse é um aspecto ignorado pela filosofia política contemporânea, tendo entre seus expoentes Rawls e Sen.

Para Sen os argumentos religiosos não deveriam participar para a definição do bem comum para a sociedade, pois isso levaria a uma redução das liberdades o que não é desejado para a Abordagem das Capacitações. Outra crítica que Sen faz para as religiões esta no fato dela alterar as preferências de seus adeptos, fazendo-os suportar situações e se sentir feliz mesmo em condições precárias. Por fim há também o argumento de que ao permitir que a religião entre no debate, acabe transformando-o em proselitismo.

Reduzir a liberdade é não permitir que os indivíduos usem argumentos no qual acreditam impedindo-os de participar do debate sobre o bem social a luz da razão. Se estes argumentos transcendentais e religiosos forem errados serão sobrepujados, se continuarem restritos a discussões no ambiente privado continuarão a gerar efeitos negativos aos indivíduos que professam esta ou aquela crença indesejada. Quanto a questão do proselitismo essa acusação pode ser feita também para aqueles que defendem a Abordagem da Capacitação e não deixam que os argumentos religiosos entrem no debate. O próprio exemplo dado por Sen, o Imperador Mongol da Índia Akbar, de líder bem sucedido em lidar com a questão da diversidade religiosa e que utilizava a razão para encontrar as soluções em detrimento da tradição, dava um espaço apropriado para que representantes de diferentes religiões e até ateus discutissem sobre o mesmo tema para chegar a conclusões sobre determinado assunto.

Evidentemente que ao buscar limitar a influência da religião na definição do bem estar da sociedade e do indivíduo na abordagem da capacitação, Sen buscava

diminuir os efeitos negativos que alguns grupos religiosos extremistas e fundamentalistas trazem na liberdade dos indivíduos e também nos arranjos sociais. Contudo ao fazer isso acabou reduzindo o campo de debate em que diversos grupos religiosos poderiam trazer contribuições positivas nas discussões a respeito do desenvolvimento, da liberdade e capacitações que os indivíduos possam ter. As religiões também poderiam contribuir com argumentos favoráveis à Abordagem da Capacitação, o que causaria um engajamento maior em sociedades onde a importância da religião para a vida dos indivíduos é mais intensa.

Outro ponto importante é que ao permitir que argumentos religiosos entrem no debate da felicidade, liberdade, ou objetivos da sociedade, abre-se uma brecha para que as crenças, dogmas e ritos das religiões sejam questionados e repensados. Esta brecha daria a possibilidade de evolução do pensamento teológico de uma maneira rápida e que coadune com a Abordagem da Capacitação, caso os argumentos apresentados pela última sejam bons. Esta evolução pode se contrapor ao fundamentalismo e extremismo religioso que muitas vezes aparece em algumas religiões e acabam causando a piora na qualidade de vida em seus adeptos.

A criação do IDH das religiões, não foi suficiente para criar uma relação causal direta entre religião e o Desenvolvimento Humano. Contudo, podemos conjecturar que ela pode afetar tanto positivamente quanto negativamente. Essa afirmação tem algum respaldo ao repararmos a grande variação entre os valores obtidos no IDH-R para as diferentes religiões, pois enquanto alguns grupos religiosos apresentam valores menores que 0.5, outros apresentam valores entre 0.8 e 0.9 pontos, conforme Tabela 3, no apêndice.

Uma possível explicação para religiões influenciarem o Desenvolvimento Humano pode ser como elas afetam a formação de capital social de seus indivíduos e como elas afetam a racionalidade de seus indivíduos através de suas crenças e dogmas o que faz com as ações tomadas pelos indivíduos para resolver o mesmo problema sejam diferentes de acordo com as religiões, causando retornos diferentes para cada indivíduo, bem como afetam a formação de habilidades não cognitivas de seus fiéis.

O IDH-R, que é um índice criado sob a influência da Abordagem das Capacitações, mostrou que existem diferenças significativas entre o Desenvolvimento Humano das diferentes religiões ou crenças, apontando para o

fato de que elas podem afetar o nível de Desenvolvimento Humano dos indivíduos e, portanto devem ser objeto de análise dos estudos desta área. Também podemos usar o índice para comparar os ganhos que as diferentes religiões trazem para seus fiéis criando assim a possibilidade de rebater os argumentos das religiões que pregam a teologia da prosperidade, além de criar um ambiente de competição saudável entre as religiões para que elas estimulem mais o desenvolvimento humano de seus fiéis, pois agora estariam passíveis de serem avaliadas.

As relações entre religião e desenvolvimento humano ainda precisam de mais estudos para alargar esta área de conhecimento. Ao discutir a relação do Utilitarismo, da Justiça como Equidade e da Abordagem da Capacitação com a religião, bem como ao criar o IDH-R espero ter contribuído para esta área de estudo que é complicada e gera sentimentos contraditórios, mas que ao mesmo tempo é fundamental para expandir o conhecimento dos fatores que afetam o desenvolvimento humano, bem como promover um clima de liberdade, tolerância e engajamento religioso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. e NETO, F. L. **Religião e Comportamento Suicida**. Em Suicídio: Estudos Fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.

ARMSTRONG, K. **Buddha**. Londres: Penguin Books. Ltd. 2002.

ARMSTRONG, K. **Twelve steps to a compassionate life**. Nova York: Random House Digital, Inc., 2010.

AZZI, C. e EHRENBERG, R. G. **Household allocation of time and church attendance** Journal of Political Economy v. 83, n. 1, 27-56, 1975.

BARRETT, J. L. **Why would anyone believe in God?** Alta Mira Press, 2004.

BENTHAM, J. **An Introduction to the Principle of Morals and Legislation**. Em: BENTHAM, J. **The Works of Jeremy Bentham**. New York: Russell & Russell-Inc., 1962. Vol. 1. Organizado por John Bowring. – Disponível em: <http://f-oll.s3.amazonaws.com/titles/2009/Bentham_0872.01_Bk.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

BENTHAM, J. **Analysis of the Influence of Natural Religion: On the Temporal Happiness, of Mankind**. Londres: R. Carlile, 1822. – Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=EZdAAAAAYAAJ>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

BENTHAM, J. **Church-of-Englandism and Its Catechism Examined**. Londres: E. Wilson, 1818. – Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=reVSAAAACAAJ>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

BENTHAM, J. **Not Paul, But Jesus**. Londres: John Hunt, 1823. – Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=IEAAAAAYAAJ>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

BENTHAM, J. **Swear not at all**. Londres: Gale Making of Modern Law, 1817. – Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=nJdQAAAAYAAJ>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

BLANK, R. M. e MCGURN, W. **Is Market Moral? A Dialogue on religion, economics & Justice**. Pew Forum Dialogues on religion & Public Life. Washington: Brookings Institution Press. 2004.

BROOM, Donald M. **The evolution of morality and religion**. Cambridge-UK: Cambridge University Press. 2003.

CAVANAUGH, W. T. **The myth of religious violence: Secular ideology and the roots of modern conflict**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

COLANDER, D. **The Death of Neoclassical Economics**. Em **Journal of the History of Economic Thought**, Nova York: Cambridge University Press. 2000. Vol. 22(02), p. 127-143, junho.

CRIMMINS, J. E. **Bentham on Religion: Atheism and the Secular Society**. *Journal of the History of Ideas*, v. 47, n. 1, p. 95-110, 1986. – Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2709597>>. Acessado em: 15 de abril de 2013.

CUNHA, F. e HECKMAN, J. J. **The Economics and Psychology of Inequality and Human Development**. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 2009 – Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14695>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2013.

CUNHA, F., HECKMAN, J. J. e SCHENNACH, S. **Estimating the Technology of Cognitive and Noncognitive Skill Formation**. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 2010 – Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14695>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2013.

DAVID, Rosalie. **Handbook to Life in Ancient Egypt**. New York: Facts on File Inc. 1998

DIAS, M. C. L. C., **Uma reconstrução racional da concepção utilitarista de Jeremy Bentham: Os limites entre a moral e a Legislação**. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. – Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/site/posgraduacao/2007_mes/diss_crsitina_longo.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2013.

ELSTER, J. **When rationality Fails**. em Cook, K. e Levi, M. *The Limits of Rationality*. Chicago: Chicago University Press, 1990.

GALSTON, W. A. e HOFFENBERG, P. H. **Poverty and morality: religious and secular perspectives**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2010.

GHODRATOLLAHI, E. **Akbar, the Doctrine of Solh-i-Koll and Hindu-Muslim Relations**. Em *Journal of Religious Thought: A Quarterly of Shiraz University*. Nº 21 Winter. 2007. Disponível em: <http://www.sid.ir/En/VEWSSID/J_pdf/92120072101.pdf>. Acessado em 04 de novembro de 2013.

GIBB, Hamilton. **The Life of Saladin**. Londres: Oxford University Press. 1973.

HECKMAN, J. J. e MASTEROV, D. V. **The Productivity Argument for Investing in Young Children**. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 2007b – Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13016>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2013.

HECKMAN, J. J. **Policies to Foster Human Capital**. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 1999 – Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w7288>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2013.

HECKMAN, J. J. **The Economics, Technology and Neuroscience of Human Capability Formation**. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 2007a – Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13195>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: Documentação dos microdados da amostra**. Brasília, 2002. – Disponível em CDROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Microdados da amostra**. Brasília, 2002. – Disponível em CDROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Microdados da amostra**. Brasília, 2012. – Disponível em CDROM.

JAFFÉ, W. **William Jaffe's Essays on Walras**, Nova York: Cambridge University Press. 2005. Editado por Donald A. Walker.

JEVONS, W. S. **Papers and Correspondence of William Stanley Jevons**, Londres e Basingstoke: MacMillan and Co. 1973. Vol. II: Correspondence 1850–1862. Editado por R. D. Collison Black.

JEVONS, W. S. **The Principles of Science. A Treatise on Logic and Scientific method**. Nova York: Macmillan and Co. 1874. – Disponível em: <<https://ia700307.us.archive.org/12/items/theprinciplesof00jevoiala/theprinciplesof00jevoiala.pdf>>. Acessado em 20 de dezembro de 2012.

JEVONS, W. S. Tradução de Cláudia Laversveiler Moraes. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

KARDEC, A. **O Evangelho segundo o Espiritismo**, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 2002

KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 2004

KHAN, I. A. **Akbar's Personality Traits and World Outlook: A Critical Reappraisal**. Em **Social Scientist**, p. 16-30, 1992. – Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3517713>>. Acessado em: 27 de outubro de 2013.

KWITKO, Mauro. **20 Casos de Regressão**. Porto Alegre: Samadhi, 1998.

LAYARD, R. e DUNN, J. **A Good Childhood: Searching for Values in a Competitive Age**. Londres: Penguin Books, 2009.

MACEDO, E. **Orixas Caboclos e guias: Deuses ou Demônios?** Rio de Janeiro: Universal Produções, 1987.

MARSHALL, A. **The Correspondence of Alfred Marshall, Economist**. Nova York: Cambridge University Press. 2005 (a). Vol. 1. Climbing, 1868-1890. Editado por John K. Whitaker

MARSHALL, A. **The Correspondence of Alfred Marshall, Economist**. Nova York: Cambridge University Press. 2005 (b). Vol. 3. Towards the Close, 1903-1924. Editado por John K. Whitaker

MARSHALL, A. Tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. **Princípios de economia Tratado Introdutório: Natura Non Facit Saltum**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MILL, J. S. **The Collected Works of John Stuart Mill**. Toronto: University of Toronto Press, 1985. Vol. X - Essays on Ethics, Religion, and Society. Editado por J.M. Robson. – Disponível em: <<http://files.libertyfund.org/files/241/0223.10.pdf>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

MILL, J. S. Tradução de Luiz João Baraúna. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NORTH, D.. **Institutions**. Em Journal of Economic Perspectives. Pittsburgh: AEA Publications, 1991, 5 (1), 97-112. Disponível em: <<http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.5.1.97>>. Acessado em 05 de novembro de 2013

OGILVIE, D. & HAMILTON, L. **Soul Beliefs: Causes and Consequences**, Second Custom Edition for Rutgers University. Boston, MA: Pearson. 2012.

ORO, A. P. **A Demonologia da Igreja Universal do Reino de Deus**. Em Debates do NER. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, Ano 6, N. 7, p. 135-146, jan/jun.

PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. **Eastern, New Age Beliefs Widespread Many Americans Mix Multiple Faiths**. PEW Research Center. 2009. – Disponível em: <<http://www.pewforum.org/files/2009/12/multiplefaiths.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2013

PUTNAM, R. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. Nova York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. et al. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAWLS, J. **A brief inquiry into the meaning of sin and faith: with " on my religion"**. Cambridge-MA: Harvard University Press. 2009. Editado por Thomas Nagel.

RAWLS, J. **The basic liberties and their priority**. Em **The Tanner Lectures on Human Values**, v. 3, p. 3-87, 1981. – Disponível em:

<http://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/r/rawls82.pdf>. Acessado em 01 de novembro de 2013.

RAWLS, J. Tradução de Jussara Simões. **Uma teoria da justiça**. 1971. 3ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2008.

ROBBINS, L. **An Essay on The Nature and Significance of Economic Science. Second edition, revised and Extended**. Londres: Macmillan And Co., Limited St. Martin's Street. 1945.

SAMPAIO, W. S. **Para Além da Utilidade Marginal: Uma Leitura Metodológica Alternativa de Jevons e Walras**. 2008. 137 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. – Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/dissertacoes/2008/para_alem_da_utilidade_marginal_uma_leitura_metodologica_alternativa_de_jovens_e_walras.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2013.

SEN, A. K. **Development as Freedom**. Nova York: Anchor Books. 1999.

SEN, A. K. **Equality of What?**. Em **The Tanner Lecture on Human Values**, I, 197-220. Cambridge-UK: Cambridge University Press. 1980.

SEN, A. K. **Inequality Reexamined**. Nova York: Harvard University Press. 1992.

SEN, A. K. **The idea of justice**. Cambridge-MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

STEVENSON, I. **Vinte casos sugestivos de reencarnação**. São Paulo: Difusora Cultural. 1970.

TRIGG, R. **Equality, Freedom, and Religion**. Londres: Oxford University Press. 2012.

TRIGG, R. **Religion in Public Life**. Londres: Oxford University Press. 2007.

TUCKER, J. B. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. **Vida antes da vida – Uma pesquisa científica das lembranças que as crianças têm de vidas passadas**. São Paulo: Editora Pensamento. 2007.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 1990: Concept and Measurement of human development**. Nova York: Oxford University Press. 1990.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 1994: New dimensions of human security**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 2010. The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development.** Nova York: Palgrave Macmillan. 2010.

VAN LOMMEL, P. et al. **Near-death experience in survivors of cardiac arrest: a prospective study in the Netherlands.** Em *The Lancet*, v. 358, n. 9298, p. 2039-2045, 2001. – Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(01\)07100-8/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(01)07100-8/fulltext)>. Acessado em: 15 de junho de 2013.

VATICANO. **Catecismo da Igreja Católica. Terceira parte – A vida em Cristo.** Vaticano: Libreria Editrice Vaticana. 2005. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s1cap2_1877-1948_po.html>. Acessado em 11 de novembro de 2013.

WALRAS, L. **Éléments d'Économie Politique Pure ou Théorie de la Richesse Sociale**, Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias. Primeira edição 1874 [1926] – Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111752b>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

WALRAS, L. **Études d'économie politique appliquée : (théorie de la production de la richesse sociale**, Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias. 1898 – Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k113200v>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

WALRAS, L. **Études d'économie sociale : Théorie de la répartition de la richesse sociale**, Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias. 1896 – Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111751z>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

WALRAS, L. **L'Économie politique et la justice, examen critique et réfutation des doctrines économiques de M. P.-J. Proudhon**, Paris: Librairie de Gullaumin et Cie, Éditeurs. 1860 – Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6117034p>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

WEBER, M.. Tradução de M. Irene e Tamás Szmrecsányi **A Ética Protestante eo Espírito do Capitalismo**, 11^a. edição, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1905.

WEISS, Brian. **Many Lives, Many Masters. New York: Fireside, 1998.**

WILLIAMSON, O. E. **The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead.** Em *Journal of Economic Literature*. Pittsburgh: AEA Publications 2000, 38(3): 595-613. Disponível em: <<http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jel.38.3.595>>. Acessado em 05 de novembro de 2013.

WORLD BANK. **World Development Report 2003: Sustainable Development in a Dynamic World Transforming Institutions, Growth, and Quality of Life.** Nova York, NY: Oxford University Press para o World Bank, 2003. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/R78Q10GLS0>>. Acessado em 05 de novembro de 2013.

WORLD BANK. **World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People**. Nova York, NY: Oxford University Press para o World Bank, 2004. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/XM002D4F50>>. Acessado em 05 de novembro de 2013.

YOUNKINS, E. W. **Menger's Austrian Aristotelianism: The Link Between Misesian Praxeology And the Philosophy of Human Flourishing**, Washinton: Wheeling Jesuit University, 2005. Disponível em: <<http://mises.org/journals/scholar/youngkins.pdf>>. Acessado em 22 de junho de 2013.

ZAMBAM, N. E. **A Teoria da Justiça de Amartya Sen: Liberdade e Desenvolvimento Sustentável**. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009 – Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3497/1/000419801-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acessado em 04 de outubro de 2013.

APÊNDICES

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continua)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
0	Sem religião	Sem Religião	NÃO POSSUI
1	Agnóstico	Sem Religião	NÃO POSSUI
2	Ateu	Sem Religião	NÃO POSSUI
110	Católica Apostólica Romana	Católica Apostólica Romana	IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA
111	Católica Carismática; Católica Pentecostal	Católica Apostólica Romana	IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA
112	Católica Armênia; Católica Ucraniana	Católica Apostólica Romana	IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA
120	Católica Apostólica Brasileira	Católica Apostólica Brasileira	IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA
130	Católica Ortodoxa	Católica Ortodoxa	CRISTÃO OUTRO
140	Ortodoxa Cristã	Ortodoxa Cristã	CRISTÃO OUTRO
149	Outras ortodoxas cristãs	Ortodoxa Cristã	CRISTÃO OUTRO
199	Outras católicas	Outras Católicas	CRISTÃO OUTRO
210	Igrejas Luteranas	Evangélica de Missão Luterana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
219	Outras evangélicas de missão luterana	Evangélica de Missão Luterana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
220	Igreja Evangélica Presbiteriana	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
221	Igreja Presbiteriana Independente	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
222	Igreja Presbiteriana do Brasil	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
223	Igreja Presbiteriana Unida	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
224	Presbiteriana Fundamentalista	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
225	Presbiteriana Renovada	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
229	Outras evangélicas de missão presbiteriana	Evangélica de Missão Presbiteriana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
230	Igreja Evangélica Metodista	Evangélica de Missão Metodista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
231	Evangélica Metodista Wesleyana	Evangélica de Missão Metodista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
232	Evangélica Metodista Ortodoxa	Evangélica de Missão Metodista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
239	Outras evangélicas de missão metodista	Evangélica de Missão Metodista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
240	Igreja Evangélica Batista	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
241	Convenção Batista Brasileira	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
242	Convenção Batista Nacional	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
243	Batista Pentecostal	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
244	Batista Bíblica	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
245	Batista Renovada	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
249	Outras evangélicas de missão batista	Evangélica de Missão Batista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
250	Igreja Evangélica Congregacional	Evangélica de Missão Congregacional	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
251	Igreja Congregacional Independente	Evangélica de Missão Congregacional	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
259	Outras evangélicas de missão congregacional	Evangélica de Missão Congregacional	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
260	Igreja Evangélica Adventista do Sétimo Dia	Evangélica de Missão Adventista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
261	Igreja Evangélica Adventista Movimento de Reforma	Evangélica de Missão Adventista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
262	Igreja Evangélica Adventista da Promessa	Evangélica de Missão Adventista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
269	Outras evangélicas de missão adventista	Evangélica de Missão Adventista	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
270	Igreja Evangélica Episcopal Anglicana	Evangélica de Missão Episcopal Anglicana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
279	Outras evangélicas missão episcopal anglicana	Evangélica de Missão Episcopal Anglicana	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
280	Igreja Evangélica Menonita	Evangélica de Missão Menonita	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
289	Outras evangélicas de missão menonita	Evangélica de Missão Menonita	EVANGÉLICOS DE MISSÃO
300	Exército da Salvação	Exército da Salvação	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
310	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Evangélica de Origem Pentecostal Assembleia de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
311	Igreja Assembleia de Deus Madureira	Evangélica de Origem Pentecostal Assembleia de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
312	Igreja Assembleia de Deus de Todos os Santos	Evangélica de Origem Pentecostal Assembleia de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
319	Outras evangélicas de origem pentecostal assembleia de Deus	Evangélica de Origem Pentecostal Assembleia de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
320	Igreja Congregação Cristã do Brasil	Evangélica de Origem Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
329	Outras evangélicas de origem pentecostal congregação cristã do Brasil	Evangélica de Origem Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
330	Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo	Evangélica de Origem Pentecostal o Brasil para Cristo	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
339	Outras evangélicas de origem pentecostal o Brasil para Cristo	Evangélica de Origem Pentecostal o Brasil para Cristo	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
340	Igreja Evangelho Quadrangular	Evangélica de Origem Pentecostal Evangelho Quadrangular	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
349	Outras evangélicas de origem pentecostal evangelho quadrangular	Evangélica de Origem Pentecostal Evangelho Quadrangular	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
350	Igreja Universal do Reino de Deus	Evangélica de Origem Neopentecostal Universal do Reino de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM NEOPENTECOSTAL
359	Outras evangélicas de origem neopentecostal universal do reino de Deus	Evangélica de Origem Neopentecostal Universal do Reino de Deus	EVANGÉLICOS DE ORIGEM NEOPENTECOSTAL
360	Igreja Evangélica Casa da Bênção	Evangélica de Origem Pentecostal Casa da Bênção	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
369	Outras evangélicas de origem pentecostal casa da bênção	Evangélica de Origem Pentecostal Casa da Bênção	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
370	Igreja Evangélica Casa de Oração	Evangélica de Origem Pentecostal Casa de Oração	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
379	Outras evangélicas de origem pentecostal casa de oração	Evangélica de Origem Pentecostal Casa de Oração	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
380	Igreja Evangélica Pentecostal Deus é Amor	Evangélica de Origem Pentecostal Deus é Amor	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
389	Outras evangélicas de origem pentecostal Deus é amor	Evangélica de Origem Pentecostal Deus é Amor	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
390	Igreja Evangélica Pentecostal Maranata	Evangélica de Origem Neopentecostal Maranata	EVANGÉLICOS DE ORIGEM NEOPENTECOSTAL
399	Outras evangélicas de origem neopentecostal Maranata	Evangélica de Origem Neopentecostal Maranata	EVANGÉLICOS DE ORIGEM NEOPENTECOSTAL
400	Evangélica renovada, restaurada e reformada não determinada	Evangélica Renovada não Determinada	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
401	Pentecostal renovada, restaurada e reformada não determinada	Evangélica Renovada não Determinada	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
409	Outras evangélicas renovadas não determinadas	Evangélica Renovada não Determinada	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
410	Evangélica Pentecostal Sem Vínculo Institucional	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
419	Outras evangélicas pentecostal sem vínculo institucional	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
420	Igreja Evangélica Comunidade Cristã	Evangélica de Origem Pentecostal Comunidade Cristã	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
429	Outras evangélicas de origem pentecostal comunidade cristã	Evangélica de Origem Pentecostal Comunidade Cristã	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
430	Igreja de Origem Pentecostal Nova Vida	Evangélica de Origem Pentecostal Nova Vida	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
439	Outras evangélicas de origem pentecostal nova vida	Evangélica de Origem Pentecostal Nova Vida	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
440	Igreja Evangélica Comunidade Evangélica	Evangélica de Origem Pentecostal Comunidade Evangélica	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
449	Outras evangélicas de origem pentecostal comunidade evangélica	Evangélica de Origem Pentecostal Comunidade Evangélica	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
450	Outras Igrejas Evangélicas Pentecostais	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
451	Igreja Internacional da Graça de Deus	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
452	Igreja Apostólica Renascer em Cristo	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
453	Igreja Evangélica Reviver em Cristo	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
454	Igreja Universal dos Filhos de Deus	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
455	Igreja Mundial do Poder de Deus	Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
460	Igreja Pentecostal Avivamento Bíblico	Evangélica de Origem Pentecostal Avivamento Bíblico	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
469	Outras evangélicas de origem pentecostal avivamento bíblico	Evangélica de Origem Pentecostal Avivamento Bíblico	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
470	Igreja Evangélica Cadeia da Prece	Evangélica de Origem Pentecostal Cadeia da Prece	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
479	Outras evangélicas de origem pentecostal cadeia da prece	Evangélica de Origem Pentecostal Cadeia da Prece	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
480	Igreja do Nazareno	Evangélica de Origem Pentecostal Igreja do Nazareno	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
489	Outras evangélicas de origem pentecostal igreja do Nazareno	Evangélica de Origem Pentecostal Igreja do Nazareno	EVANGÉLICOS DE ORIGEM PENTECOSTAL
490	Evangélica não determinada	Evangélica não Determinada	EVANGÉLICO SEM DENOMINAÇÃO
491	Evangélica Sem Vínculo Institucional	Evangélica não Determinada	EVANGÉLICO SEM DENOMINAÇÃO
492	Declaração múltipla de religião evangélica	Evangélica não Determinada	EVANGÉLICO SEM DENOMINAÇÃO
499	Outras evangélicas	Evangélica não Determinada	EVANGÉLICO SEM DENOMINAÇÃO
510	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias/Mórmons	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	CRISTÃO OUTRO
519	Outras igrejas de Jesus Cristo dos santos dos últimos dias	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	CRISTÃO OUTRO
520	Testemunha de Jeová	Evangelicos Testemunha de Jeová	CRISTÃO OUTRO
529	Outros evangélicos testemunha de Jeová	Evangelicos Testemunha de Jeová	CRISTÃO OUTRO
530	Legião da Boa Vontade/Religião de Deus	LBV/Religião de Deus	REENCARNACIONISTAS
590	Espiritualista	Espiritualista	REENCARNACIONISTAS
599	Outras espiritualistas	Espiritualista	REENCARNACIONISTAS
610	Espírita, Kardecista	Espírita	REENCARNACIONISTAS
619	Outras Espíritas	Espírita	REENCARNACIONISTAS
620	Umbanda	Umbanda	REENCARNACIONISTAS
629	Outras umbandas	Umbanda	REENCARNACIONISTAS
630	Candomblé	Candomblé	REENCARNACIONISTAS
639	Outros candomblés	Candomblé	REENCARNACIONISTAS
640	Religiosidades afro-brasileiras	Outras Declarações de Religiosidade Afro-Brasileira	REENCARNACIONISTAS

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
641	Declaração múltipla de religiosidade afro com outras religiosidades	Outras Declarações de Religiosidade Afro-Brasileira	REENCARNACIONISTAS
649	Outras declarações de religiosidade afro-brasileira	Outras Declarações de Religiosidade Afro-Brasileira	REENCARNACIONISTAS
710	Judaísmo	Judaísmo	OUTROS
711	Essenismo	Judaísmo	OUTROS
719	Outros judaísmos	Judaísmo	OUTROS
740	Hinduísmo	Hinduísmo	REENCARNACIONISTAS
741	Ioga	Hinduísmo	REENCARNACIONISTAS
749	Outros hinduísmos	Hinduísmo	REENCARNACIONISTAS
750	Budismo	Budismo	REENCARNACIONISTAS
751	Nitiren	Budismo	REENCARNACIONISTAS
752	Budismo Theravada	Budismo	REENCARNACIONISTAS
753	Zen Budismo	Budismo	REENCARNACIONISTAS
754	Budismo Tibetano	Budismo	REENCARNACIONISTAS
755	Soka Gakkai	Budismo	REENCARNACIONISTAS
759	Outros budismos	Budismo	REENCARNACIONISTAS
760	Igreja Messiânica Mundial	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
761	Seicho No-le	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
762	Perfect Liberty	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
763	Hare Krishna	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
764	Discípulos de Osho	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
765	Tenrykyo	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
766	Mahicari	Novas Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
790	Religiões Orientais	Outras Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
791	Bahai	Outras Religiões Orientais	OUTROS
792	Shintoísmo	Outras Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
793	Taoísmo	Outras Religiões Orientais	REENCARNACIONISTAS
799	Outras religiões orientais	Outras Religiões Orientais	OUTROS

Tabela 1 - Classificação das Religiões (Continuação)

Cód	Denominação Religiosa	Grupo religioso	Grupo de Crença
810	Islamismo	Islamismo	OUTROS
811	Druso	Islamismo	OUTROS
819	Outros Islamismos	Islamismo	OUTROS
820	Esotérica	Tradições Esotéricas	REENCARNACIONISTAS
821	Racionalismo Cristão	Tradições Esotéricas	REENCARNACIONISTAS
829	Outras esotéricas	Tradições Esotéricas	REENCARNACIONISTAS
830	Tradições Indígenas	Tradições Indígenas	OUTROS
831	Santo Daime	Tradições Indígenas	REENCARNACIONISTAS
832	União do Vegetal	Tradições Indígenas	REENCARNACIONISTAS
833	A Barquinha	Tradições Indígenas	REENCARNACIONISTAS
834	Neoxamânica	Tradições Indígenas	REENCARNACIONISTAS
839	Outras indígenas	Tradições Indígenas	OUTROS
850	Religiosidade cristã não determinada	Religiosidade Cristã não Determinada	CRISTÃO OUTRO
890	Religiosidade não determinada ou mal definida	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	INDEFINIDO/NÃO SABE
891	Declaração múltipla de religiosidade católica/outras religiosidades	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	CRISTÃO OUTRO
892	Declaração múltipla de religiosidade evangélica/outras religiosidades	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	EVANGÉLICO SEM DENOMINAÇÃO
893	Declaração múltipla de religiosidade católica/espírita	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	REENCARNACIONISTAS
894	Declaração múltipla de religiosidade católica/umbanda	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	REENCARNACIONISTAS
895	Declaração múltipla de religiosidade católica/candomblé	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	REENCARNACIONISTAS
896	Declaração múltipla de religiosidade católica/kardecista	Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	REENCARNACIONISTAS
990	Não sabiam	Não Sabiam e Sem Declaração	INDEFINIDO/NÃO SABE
999	Sem declaração	Não Sabiam e Sem Declaração	INDEFINIDO/NÃO SABE

Fonte: Criado a partir da documentação dos microdados do Censo de 2000 e 2010.

Tabela 2 – Metas de Anos de Escolaridade

Meta de Anos de Escolaridade		Meta de Anos de Escolaridade		Meta de Anos de Escolaridade		Meta de Anos de Escolaridade	
Idade	Escolaridade	Idade	Escolaridade	Idade	Escolaridade	Idade	Escolaridade
0	-	35	12,6	70	11	105	1
1	-	36	12,6	71	11	106	1
2	-	37	12,6	72	11	107	1
3	-	38	12,6	73	11	108	1
4	-	39	12,6	74	11	109	1
5	-	40	12,6	75	11	110	1
6	-	41	12,6	76	11	111	1
7	1	42	12,6	77	11	112	1
8	2	43	12,6	78	11	113	1
9	3	44	12,6	79	11	114	1
10	4	45	12,6	80	8	115	1
11	5	46	12,6	81	8	116	1
12	6	47	12,6	82	8	117	1
13	7	48	12,6	83	8	118	1
14	8	49	12,6	84	8	119	1
15	9	50	12,6	85	8	120	1
16	10	51	12,6	86	8	121	1
17	11	52	12,6	87	8	122	1
18	11	53	12,6	88	8	123	1
19	11	54	12,6	89	8	124	1
20	11	55	12,6	90	4	125	1
21	12,6	56	12,6	91	4	126	1
22	12,6	57	12,6	92	4	127	1
23	12,6	58	12,6	93	4	128	1
24	12,6	59	12,6	94	4	129	1
25	12,6	60	12,6	95	4	130	1
26	12,6	61	12,6	96	4		
27	12,6	62	12,6	97	4		
28	12,6	63	12,6	98	4		
29	12,6	64	12,6	99	4		
30	12,6	65	12,6	100	1		
31	12,6	66	12,6	101	1		
32	12,6	67	12,6	102	1		
33	12,6	68	12,6	103	1		
34	12,6	69	12,6	104	1		

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões (Continua)

Religiões	População %		Educação		Renda		Saúde		IDH Religiões		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Variação
Igreja Católica Apostólica	73,867%	64,921%	0,478	0,540	0,456	0,657	0,680	0,839	0,529	0,668	0,138
Católica Apostólica Brasileira	0,295%	0,294%	0,465	0,507	0,407	0,606	0,680	0,832	0,505	0,635	0,130
Católica Apostólica Romana	73,573%	64,627%	0,478	0,540	0,456	0,657	0,680	0,839	0,529	0,668	0,138
Cristão Outro	0,935%	1,688%	0,542	0,602	0,450	0,662	0,718	0,867	0,559	0,702	0,143
Católica Ortodoxa	0,022%	0,069%	0,649	0,585	0,669	0,733	0,735	0,861	0,683	0,717	0,034
Evangelicos Testemunha de Jeová	0,650%	0,730%	0,538	0,591	0,429	0,628	0,717	0,866	0,549	0,685	0,136
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons)	0,118%	0,119%	0,618	0,681	0,457	0,652	0,743	0,880	0,594	0,731	0,137
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento (Católico/Evangélico)	0,004%	0,004%	0,672	0,607	0,612	0,753	0,732	0,848	0,670	0,729	0,059
Ortodoxa Cristã	0,003%	0,006%	0,822	0,834	0,785	0,907	0,766	0,900	0,791	0,880	0,089
Outras Católicas	0,002%	0,002%	0,540	0,589	0,530	0,704	0,682	0,845	0,580	0,705	0,125
Religiosidade Cristã não Determinada	0,136%	0,759%	0,465	0,600	0,445	0,682	0,697	0,867	0,525	0,708	0,183
Evangélicos de Missão	4,085%	4,030%	0,573	0,631	0,494	0,676	0,707	0,855	0,585	0,714	0,130
Igreja Adventista	0,712%	0,818%	0,519	0,585	0,429	0,625	0,682	0,835	0,534	0,673	0,140
Igreja Batista	1,862%	1,952%	0,581	0,645	0,482	0,658	0,686	0,849	0,577	0,712	0,135
Igreja Congregacional	0,088%	0,057%	0,542	0,592	0,426	0,627	0,677	0,833	0,539	0,676	0,137
Igreja Episcopal Anglicana	0,010%	0,010%	0,798	0,791	0,716	0,855	0,748	0,881	0,753	0,841	0,088
Igreja Luterana	0,625%	0,524%	0,546	0,586	0,529	0,732	0,788	0,896	0,611	0,727	0,116
Igreja Menonita	0,010%	0,006%	0,626	0,711	0,558	0,749	0,750	0,891	0,640	0,780	0,141
Igreja Metodista	0,201%	0,179%	0,604	0,659	0,524	0,695	0,716	0,873	0,610	0,737	0,127
Igreja Presbiteriana	0,578%	0,483%	0,630	0,691	0,543	0,733	0,719	0,866	0,627	0,760	0,133

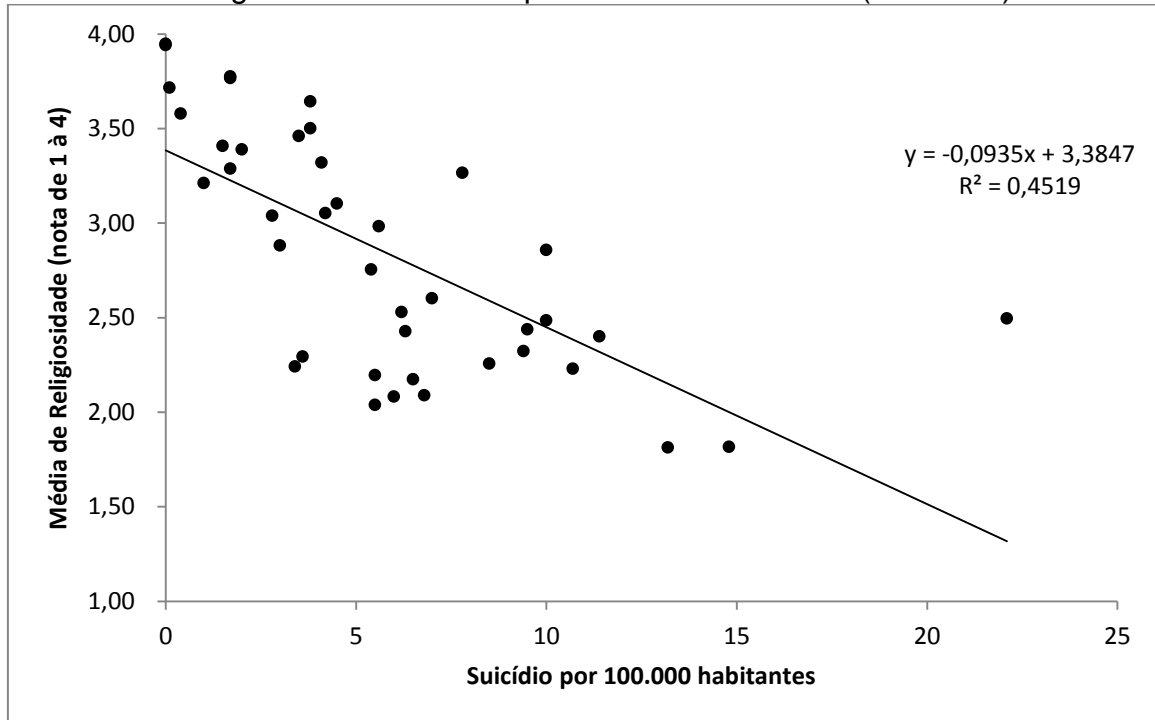
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões (Continuação)

Religiões	População %		Educação		Renda		Saúde		IDH Religiões		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Variação
Evangélicos de Origem Pentecostal	9,183%	12,131%	0,440	0,512	0,366	0,567	0,700	0,851	0,483	0,627	0,144
Assembleia de Deus	4,956%	6,456%	0,415	0,497	0,331	0,541	0,673	0,836	0,452	0,608	0,156
Avivamento Bíblico	0,035%	0,033%	0,490	0,564	0,389	0,584	0,737	0,861	0,520	0,657	0,137
Cadeia da Prece	0,002%	0,001%	0,380	0,426	0,272	0,568	0,777	0,907	0,431	0,603	0,172
Casa da Bênção	0,076%	0,066%	0,416	0,495	0,332	0,540	0,716	0,852	0,463	0,611	0,148
Casa de Oração	0,040%	0,039%	0,491	0,529	0,404	0,622	0,725	0,874	0,524	0,660	0,136
Comunidade Cristã	0,045%	0,055%	0,649	0,656	0,525	0,658	0,767	0,887	0,640	0,726	0,087
Comunidade Evangélica	0,046%	0,040%	0,637	0,653	0,519	0,635	0,734	0,870	0,624	0,712	0,088
Congregação Cristã do Brasil	1,465%	1,200%	0,455	0,508	0,406	0,599	0,733	0,869	0,513	0,642	0,129
Deus é Amor	0,456%	0,443%	0,336	0,388	0,278	0,486	0,713	0,857	0,405	0,545	0,139
Evangelho Quadrangular	0,776%	0,948%	0,502	0,569	0,400	0,597	0,747	0,876	0,531	0,668	0,137
Igreja do Nazareno	0,028%	0,042%	0,624	0,694	0,549	0,697	0,741	0,896	0,633	0,757	0,124
Nova Vida	0,054%	0,047%	0,621	0,682	0,495	0,674	0,671	0,862	0,591	0,735	0,144
Igreja o Brasil para Cristo	0,103%	0,103%	0,461	0,523	0,375	0,563	0,734	0,864	0,503	0,633	0,131
Evangélica Renovada não Determinada	0,013%	0,012%	0,548	0,563	0,565	0,610	0,736	0,861	0,611	0,666	0,055
Exército da Salvação	0,002%	0,001%	0,608	0,637	0,411	0,502	0,744	0,872	0,571	0,653	0,083
Outras Igrejas de Origem Pentecostal	1,085%	2,646%	0,491	0,537	0,416	0,596	0,729	0,867	0,530	0,652	0,123
Evangélico sem Denominação	0,746%	4,835%	0,528	0,591	0,471	0,643	0,725	0,876	0,565	0,693	0,128
Evangélica não Determinada	0,745%	4,832%	0,528	0,591	0,471	0,643	0,725	0,876	0,565	0,693	0,128
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento (Evangélico / Outras religiões)	0,001%	0,002%	0,640	0,583	0,597	0,689	0,761	0,900	0,662	0,712	0,050
Evangélicos de Origem Neopentecostal	1,401%	1,169%	0,468	0,513	0,404	0,587	0,717	0,862	0,514	0,638	0,124
Igreja Maranata	0,163%	0,187%	0,590	0,625	0,473	0,663	0,707	0,867	0,582	0,711	0,129
Igreja Universal do Reino de Deus	1,237%	0,982%	0,452	0,491	0,393	0,569	0,718	0,861	0,504	0,622	0,118

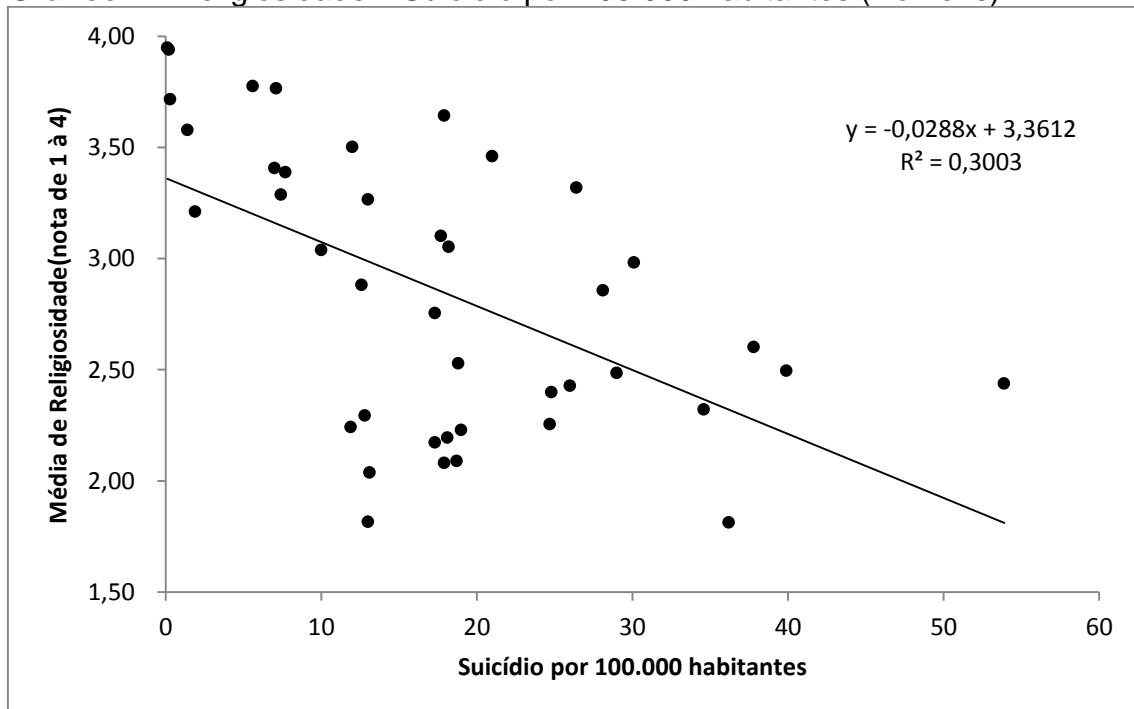
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano das Religiões (Continuação)

Religiões	População %		Educação		Renda		Saúde		IDH Religiões		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Variação
Reencarnacionistas	1,922%	2,631%	0,732	0,788	0,635	0,823	0,750	0,894	0,704	0,834	0,130
Budismo	0,126%	0,128%	0,655	0,741	0,630	0,818	0,763	0,901	0,680	0,817	0,137
Candomblé	0,070%	0,088%	0,588	0,640	0,503	0,679	0,701	0,872	0,592	0,724	0,132
Espírita	1,332%	2,018%	0,778	0,815	0,657	0,838	0,753	0,894	0,727	0,848	0,121
Espiritualista	0,015%	0,032%	0,714	0,848	0,665	0,871	0,754	0,896	0,710	0,871	0,161
Hinduísmo	0,002%	0,003%	0,969	0,982	0,768	0,938	0,737	0,898	0,819	0,938	0,120
LBV/Religião de Deus	0,007%	0,006%	0,491	0,538	0,451	0,660	0,744	0,883	0,549	0,679	0,131
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento (Católico / Candomblé, Espírita, Umbandista)	0,001%	0,002%	0,717	0,778	0,632	0,927	0,753	0,897	0,699	0,865	0,166
Novas Religiões Orientais	0,089%	0,082%	0,701	0,751	0,610	0,787	0,743	0,890	0,682	0,807	0,125
Outras Religiosidade Afro-Brasileira	0,006%	0,007%	0,589	0,652	0,519	0,730	0,756	0,903	0,613	0,755	0,141
Outras Religiões Orientais (Taoísmo, Shintoísmo e Religiões Orientais)	0,002%	0,003%	0,830	0,745	0,686	0,792	0,761	0,865	0,757	0,799	0,042
Tradições Esotéricas	0,034%	0,039%	0,753	0,753	0,651	0,818	0,744	0,885	0,714	0,817	0,102
Tradições Indígenas (Neoxamânicas, Santo Daime e União do Vegetal)	0,004%	0,010%	0,671	0,803	0,573	0,788	0,662	0,836	0,634	0,808	0,175
Umbanda	0,234%	0,214%	0,575	0,642	0,514	0,706	0,745	0,898	0,604	0,741	0,138
Outros	0,075%	0,100%	0,882	0,789	0,823	0,920	0,751	0,870	0,817	0,858	0,041
Islamismo	0,016%	0,018%	0,739	0,795	0,707	0,880	0,777	0,905	0,740	0,858	0,118
Judaísmo	0,051%	0,056%	0,995	0,982	0,873	1,000	0,755	0,898	0,869	0,959	0,090
Outras Religiões Orientais (Fe Bahai e outros)	0,002%	0,002%	0,770	0,830	0,666	0,850	0,732	0,902	0,721	0,860	0,138
Tradições Indígenas	0,006%	0,024%	0,137	0,205	0,042	0,227	0,655	0,776	0,155	0,331	0,176
Indefinido/Não sabe	0,431%	0,456%	0,447	0,534	0,413	0,635	0,699	0,869	0,505	0,665	0,160
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	0,205%	0,329%	0,509	0,581	0,452	0,652	0,719	0,873	0,549	0,691	0,142
Não Sabiam e Sem Declaração	0,226%	0,127%	0,375	0,417	0,371	0,583	0,680	0,858	0,456	0,593	0,137
Não Possui	7,354%	8,039%	0,468	0,539	0,435	0,649	0,680	0,849	0,517	0,667	0,150
Geral	100%	100%	0,484	0,550	0,455	0,654	0,686	0,846	0,533	0,673	0,140

Fonte: Criado a partir dos microdados do Censo de 2000 e 2010 do IBGE e do IDH-M criado pelo PNUD.

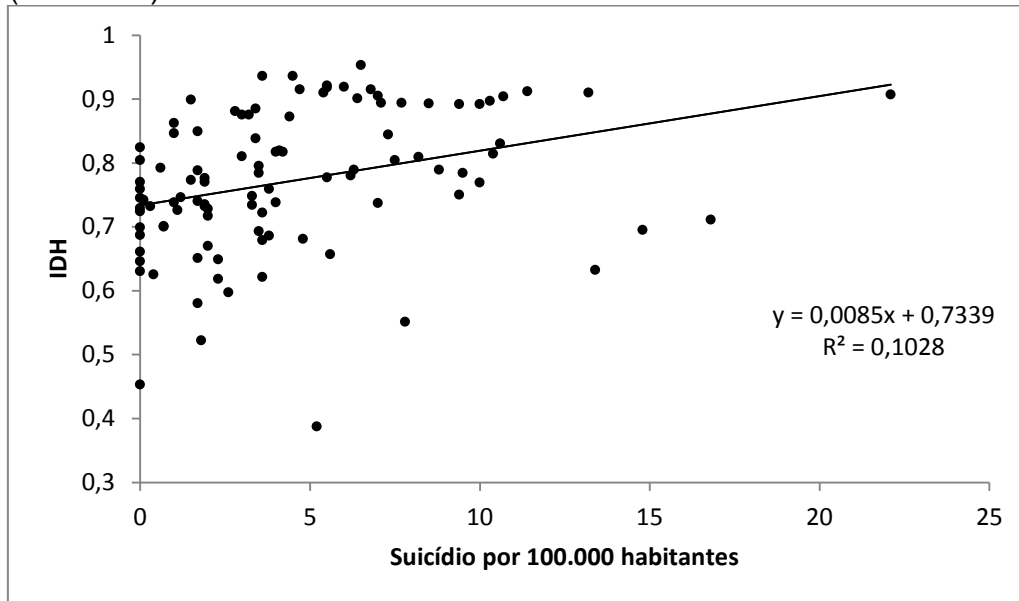
Gráfico 1 - Religiosidade x Suicídio por 100.000 habitantes (Mulheres)

Fonte: World Value Survey de 2005 e pela tabela “Suicide rates per 100,000 by country, year and sex” da Organização Mundial da Saúde de 2011.

Gráfico 2 - Religiosidade x Suicídio por 100.000 habitantes (Homens)

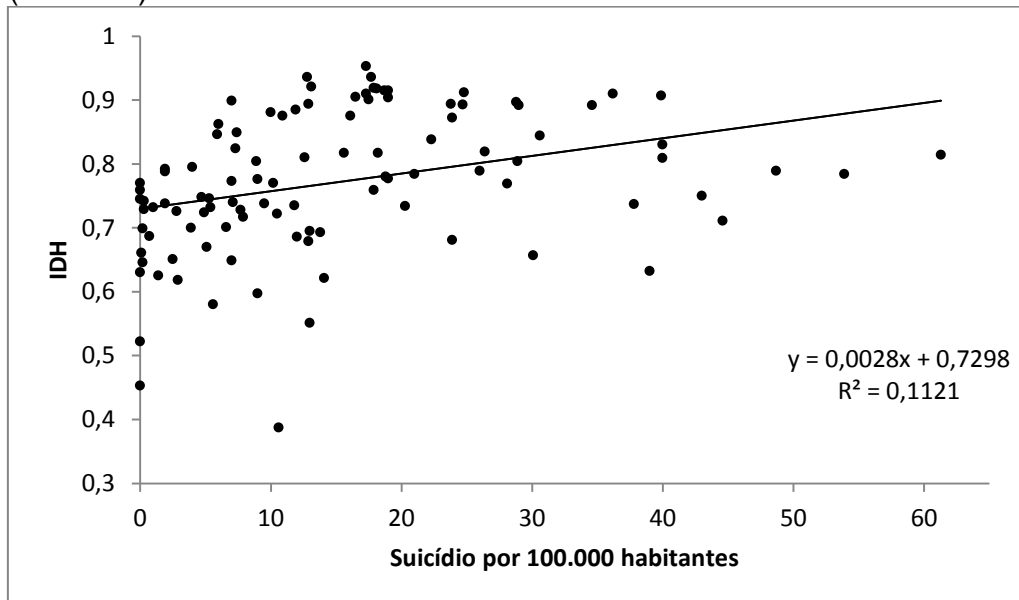
Fonte: World Value Survey de 2005 e pela tabela “Suicide rates per 100,000 by country, year and sex” da Organização Mundial da Saúde de 2011.

Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano x Suicídio por 100.000 habitantes (Mulheres)



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano de 2012 e pela tabela “Suicide rates per 100,000 by country, year and sex” da Organização Mundial da Saúde de 2011.

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano x Suicídio por 100.000 habitantes (Homens)



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano de 2012 e pela tabela “Suicide rates per 100,000 by country, year and sex” da Organização Mundial da Saúde de 2011.